

IOCHPE-MAXION S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão com o código de negociação MYPK3.

As atividades da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto são desenvolvidas em 9 unidades no Brasil e 22 unidades no exterior. As informações sobre as principais operações da Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 2.

2. EMPRESAS DA COMPANHIA

As atividades da Companhia e de suas controladas estão organizadas no segmento automotivo, divididas entre as unidades de rodas e componentes estruturais. A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	País	Atividade	Participação direta - %		Participação indireta - %	
			12/2018	12/2017	12/2018	12/2017
Iochpe-Maxion S.A. (Controladora - Cruzeiro)	Brasil	(a) (d) (e)	-	-	-	-
Filial Limeira	Brasil	(b)	-	-	-	-
Filial Limeira	Brasil	(c)	-	-	-	-
Filial Contagem	Brasil	(e)	-	-	-	-
Filial Resende	Brasil	(d)	-	-	-	-
Remon-Resende Montadora Ltda.	Brasil	-	66,66	66,66	33,33	33,33
Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd.	China	(a)	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels (Thailand) Co., Ltd.	Tailândia	(c)	8,15	8,15	91,84	91,84
Iochpe-Maxion Austria GmbH	Áustria	(g)	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd.	Índia	(c) (h)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co. KG	Alemanha	-	-	-	100,00	100,00
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	México	(g)	-	-	100,00	100,00
Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	México	(d) (e)	-	-	100,00	100,00
Servicios Corporativos Imagus, S.A. de C.V.	México	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	México	(a) (b) (c)	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels San Luis Potosí, S.A. de C.V.	México	-	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	México	-	-	-	100,00	100,00
Iochpe Holdings, LLC	EUA	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels U.S.A. LLC	EUA	(f)	-	-	100,00	100,00
HLI Delaware Holdings, LLC	EUA	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Akron LLC	EUA	(a)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Sedalia LLC	EUA	(b)	-	-	100,00	100,00
Maxion Import LLC	EUA	(f)	-	-	100,00	100,00
Maxion Luxembourg Holdings S.A.R.L.	Luxemburgo	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd.	África do Sul	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Japan K.K.	Japão	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Czech s.r.o.	República Tcheca	(b) (c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels EAAP Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels España S.L.	Espanha	(b)	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L.	Espanha	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Italy Holding, S.r.l.	Itália	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Italia S.r.l.	Itália	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Germany Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Konigswinter GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Kalyani Maxion Wheels Private Limited	Índia	(a) (b)	-	-	85,00	85,00
Maxion Wheels Werke GmbH	Alemanha	(a) (b)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	Brasil	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Turquia	(b) (c)	-	-	60,00	60,00
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Turquia	(a)	-	-	60,00	60,00

(a) Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço.

(b) Fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.

(c) Fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis.

- (d) Fabricação e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais.
- (e) Fabricação e comercialização de componentes estruturais leves e automotivos (estampados para veículos de passageiros, alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, conjuntos soldados, peças estruturais e outros componentes automotivos).
- (f) Comercialização de rodas leves e pesadas.
- (g) Empresa com participação acionária majoritária em uma ou mais empresas.
- (h) Empresa em fase pré-operacional, com expectativa de início de fabricação no segundo semestre de 2019.

Participação em negócios em conjunto

A Companhia, por meio da Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. ("AmstedMaxionFundição"), seu negócio em conjunto localizado na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, dedica-se à produção de fundidos industriais e rodas ferroviárias. A AmstedMaxionFundição, por meio da Greenbrier Maxion Serviços e Equipamentos Ferroviários S.A. ("GreenbrierMaxionFerroviário"), seu negócio em conjunto localizado na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de vagões ferroviários.

A Companhia, por meio Maxion Montich S.A. ("Maxion Montich"), seu negócio em conjunto localizado em Córdoba – Argentina, dedica-se à produção e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas), estampados e conjuntos soldados para veículos comerciais e leves. Em junho de 2018 a economia argentina foi declarada como hiperinflacionária. Conforme o parágrafo 3 da IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja utilizado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); e ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado). Os impactos decorrentes dessa atualização representaram um aumento no patrimônio líquido da Maxion Montich no montante de R\$21.417, sendo 50% desse valor refletido no aumento do investimento com a sua contrapartida em reserva de capital.

Os investimentos nos negócios em conjunto AmstedMaxionFundição e Maxion Montich, com 37,75% e 50% de participação respectivamente, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os principais grupos das demonstrações financeiras dos negócios em conjunto estão apresentados a seguir:

	AmstedMaxionFundição		Maxion Montich	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Balancos patrimoniais</u>				
Ativo circulante	82.955	74.783	107.490	122.133
Ativo não circulante	363.245	378.001	79.057	53.410
Passivo circulante	(150.101)	(133.009)	(125.578)	(122.023)
Passivo não circulante	(178.964)	(178.602)	(39.619)	(38.821)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	117.135	141.173	21.313	14.687
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	-	-	37	12
Patrimônio líquido total	117.135	141.173	21.350	14.699
<u>Demonstrações do resultado</u>				
Receita líquida de vendas	337.870	301.099	180.129	126.307
Custo dos produtos vendidos	(301.987)	(270.417)	(166.450)	(111.843)
Despesas operacionais, líquidas	(60.500)	(122.671)	(24.633)	(11.258)
Imposto de renda e contribuição social	598	38.101	174	(282)
Lucro (prejuízo) do exercício	(24.019)	(53.888)	(10.780)	2.924

Compromissos assumidos

O negócio em conjunto AmstedMaxionFundição, por meio do seu negócio em conjunto AmstedMaxionFerroviário, possui um contrato de aluguel de imóvel com prazo remanescente de 53 meses com possibilidade de renovação, no qual está localizada sua planta de Hortolândia, Estado de São Paulo, Brasil.

Ano	Valor
2019	14.708
2020	17.937
2021	17.937
2022	17.937
2023 (5 meses)	7.474

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam.

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, ativos e passivos foram convertidos utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço, e receitas e despesas foram convertidas pelas taxas de câmbio médias vigentes nos meses de ocorrência das transações para reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Taxas de câmbio

As taxas de câmbio em reais (R\$) em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes:

<u>Taxa final</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dólar norte-americano (US\$)	3,8748	3,3080
Euro (€)	4,4390	3,9693
<u>Taxa média</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dólar norte-americano (US\$)	3,6544	3,1920
Euro (€)	4,3092	3,6071

Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4.3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

A seguir são apresentadas as principais áreas de julgamentos e estimativas contábeis:

- Perdas de crédito esperadas.
- Perdas dos estoques.
- Avaliação do valor recuperável do ágio.
- Imposto de renda e contribuição social.
- Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis.
- Obrigações de planos de pensão.
- Plano de outorga de opções de compra de ações.
- Gestão de risco e instrumentos financeiros.

Consolidação das demonstrações financeiras

Definição de controladas – uma entidade é uma controlada quando a Companhia tem poder sobre ela, está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Demonstrações financeiras consolidadas - incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Os principais procedimentos de consolidação incluem:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, diretas e indiretas.

- Eliminação das transações intercompanhias, dos saldos e dos ganhos e das perdas não realizados em transações entre as empresas da Companhia. Perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação possua evidências de perda de valor ("impairment") do ativo transferido.

Conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior

A Companhia revisa as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e, na eventualidade de diferenças com aquelas adotadas no Brasil, efetua ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e todas as demais movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio da data do balanço.

Os ganhos ou as perdas resultantes da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior para a moeda de apresentação da Companhia são reconhecidos como "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. ADOÇÃO DAS IFRSs NOVAS E REVISADAS EM VIGOR NO EXERCÍCIO CORRENTE

4.1.1. Impacto da adoção inicial da IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros

A Companhia adotou a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (revisada em julho de 2014) e as correspondentes alterações relevantes às outras IFRSs no exercício corrente, em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. As disposições de transição da IFRS 9 permitem que a entidade não reapresente informações comparativas. Portanto, a Companhia optou por não reapresentar informações comparativas relacionadas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A IFRS 9 introduziu novas exigências para: 1) A classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, 2) A redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e 3) A contabilização geral de hedge. A Companhia adotou a IFRS 9 de acordo com as disposições de transição descritas na IFRS 9. Os detalhes dessas novas exigências, bem como seu impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, estão descritos a seguir.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- (a) A data de adoção inicial (isto é, a data na qual a Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros com base nas exigências da IFRS 9) é 1º de janeiro de 2018. Portanto, a Companhia adotou as exigências da IFRS 9 para instrumentos que continuam a ser reconhecidos em 1º de janeiro de 2018 e não adotou as exigências para instrumentos que já foram baixados em 1º de janeiro de 2018. Os valores comparativos em relação aos instrumentos que continuam a ser reconhecidos em 1º de janeiro de 2018 foram reapresentados quando aplicável.

Todos os ativos financeiros reconhecidos que fazem parte do escopo da IFRS 9 devem ser subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo com base no modelo de negócios da entidade para gestão de ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros.

Especificamente:

Os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja o de coletar os fluxos de caixa contratuais e que tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado;

Os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto o de coletar os fluxos de caixa contratuais quanto o de vender os ativos financeiros e que tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto, são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;

Todos os outros investimentos em ativos financeiros e investimentos em instrumentos patrimoniais são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar as variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais que não seja mantido para negociação ou para fins de contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios em outros resultados abrangentes; e

A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em ativos financeiros que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia elimina ou reduz significativamente um descasamento contábil.

No exercício corrente, a Companhia não designou quaisquer investimentos em ativos financeiros que atendam aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado. Quando um investimento em ativos financeiros mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes é baixado, o ganho ou a perda acumulada anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificado do patrimônio líquido para o resultado como ajuste de reclassificação. Quando um investimento em instrumentos patrimoniais designado como mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes é baixado, o ganho ou a perda acumulada anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes não é subsequentemente transferida para lucros acumulados.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

(i) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Contas a receber de clientes" e "Outros créditos".

(ii) Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixas e equivalentes de caixa" e "Instrumentos financeiros derivativos".

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a IFRS 9 requer um modelo de perdas de crédito esperadas em contrapartida a um modelo de perdas de crédito incorridas de acordo com a IAS 39 (CPC 38). O modelo de perdas de crédito esperadas requer que a Companhia contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário que um evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas. Especificamente, a IFRS 9 requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber. Em particular, a IFRS 9 requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver

aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado), a Companhia deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A IFRS 9 requer ainda uma abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias.

Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável, as contas a receber de clientes (Vide nota explicativa nº 6). As atividades da Companhia e de suas controladas estão organizadas no segmento automotivo, sendo a grande maioria das suas contas a receber com montadoras, e por esse motivo, a perda com recebíveis no exercício findo em 2017 representou 0,018% de seu faturamento consolidado. A Companhia realizou uma adequação na apresentação da nota explicativa nº 6, entretanto os resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção do reconhecimento de perdas de crédito.

Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

- (i) Custo amortizado, representado por fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.
- (ii) Valor justo por meio do resultado representado por instrumentos financeiros derivativos.

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, e contas a pagar). A Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures, contratos de garantia financeira. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

- (i) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

- (ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

O resumo da nova classificação é como segue:

<u>Ativo/Passivo financeiro</u>	<u>Classificação anterior</u>	<u>Classificação IFRS 9</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Opção de compra de participação (i)	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

(i) Conforme descrito na nota explicativa nº11, item b) (iii).

4.1.2. Impacto da adoção da IFRS 15 (CPC 47) – Receita de Contratos com Clientes

No exercício corrente, a Companhia adotou a IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (conforme alterada em abril de 2016) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos. Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas na IFRS 15 para abordar cenários específicos. Os detalhes dessas novas exigências, bem como seu impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, estão descritos a seguir.

A Companhia adotou o CPC 47 utilizando o método de adoção retrospectivo modificado, e identificou que os critérios de reconhecimento e mensuração não sofreram alterações, e as vendas divulgadas na nota explicativa nº 25 não apresentaram impactos relevantes na adoção dessa norma a partir de 1º de janeiro de 2018.

As políticas contábeis da Companhia para suas categorias de receita estão detalhadas na nota explicativa nº 4.3 (a). A adoção da IFRS 15 não teve impacto sobre a posição financeira e/ou desempenho financeiro da Companhia.

Durante a adoção da IFRS 15, a Companhia identificou que parte das vendas da Companhia são realizadas nas modalidades do Incoterms conhecidas como Cost and Freight ("CFR") e Cost, Insurance and Freight ("CIF"), na qual a Companhia é responsável pelo serviço de frete para a transferência de controle do produto ao cliente. De acordo com a IFRS 15, os fretes associados à prestação de serviço nessas modalidades devem ser considerados como uma obrigação de performance separada na qual uma proporção do preço da transação seria alocada e reconhecida conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo.

Em 31 de dezembro de 2017, caso esses custos com fretes tivessem sido reapresentados como custo dos produtos vendidos, os montantes seriam de R\$ 25.968 e R\$ 115.193 na controladora e consolidado, respectivamente.

4.2. IFRSs NOVAS E REVISADAS EMITIDAS E AINDA NÃO APLICÁVEIS A COMPANHIA

4.2.1. IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil (CPC 06 (R2))

(a) Impacto geral da adoção da IFRS 16 - Arrendamento

A IFRS 16 introduz um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras para arrendadores e arrendatários. A IFRS 16 substituirá as orientações atuais de arrendamento, incluindo a IAS 17 (CPC 06 (R1)) - Arrendamento Mercantil e as correspondentes interpretações a partir da sua data de vigência para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A data de adoção inicial da IFRS 16 para a Companhia será 1º de janeiro de 2019.

A Companhia optou pela adoção retrospectiva modificada da IFRS 16 de acordo com a IFRS 16:C5(b). Consequentemente, a Companhia não reapresentará as informações comparativas.

Diferentemente da contabilização do arrendatário, a IFRS 16 transfere substancialmente as exigências de contabilização do arrendador contidas na IAS 17 (CPC 06 (R1)).

(b) Impacto da nova definição de arrendamento

A Companhia usará o recurso prático disponível na transição para a IFRS 16 para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Portanto, a definição de arrendamento de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4 (equivalente ao ICPC 03) permanecerá aplicável a arrendamentos contratados ou modificados antes de 1º de janeiro de 2019.

A alteração na definição de arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle. A IFRS 16 distingue contratos de arrendamento e contratos de serviços considerando se o uso de um ativo identificado é controlado pelo cliente. Controle é observado se o cliente:

- Tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso de um ativo identificado; e
- Tem o direito de controlar o uso desse ativo.

A Companhia aplicará a definição de arrendamento e correspondente orientação descrita na IFRS 16 a todos os contratos de arrendamento celebrados ou modificados em ou após 1º de janeiro de 2019 (seja ele o arrendador ou arrendatário no contrato de arrendamento).

Em antecipação à adoção inicial da IFRS 16, a Companhia executou um projeto de implementação. O projeto demonstrou que a nova definição na IFRS 16 não alterará significativamente o escopo dos contratos que se enquadram na definição de arrendamento para a Companhia.

(c) Impacto sobre a contabilização do arrendatário

Arrendamentos operacionais

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) mudará a forma como a Companhia contabiliza arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, que não eram registrados no balanço patrimonial.

Na adoção inicial da IFRS 16, para todos os arrendamentos (exceto conforme descrito a seguir), a Companhia:

- a) Reconhecerá ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros;
- b) Reconhecerá a depreciação dos ativos de direito de uso e a participação nas obrigações de arrendamento na demonstração consolidada do resultado; e
- c) Segregará o valor total de caixa pago em principal (apresentado em atividades de financiamento) e juros (apresentado em atividades operacionais) na demonstração consolidada do fluxo de caixa.

Os incentivos a arrendamento (por exemplo, período isento de aluguel) serão reconhecidos

como parte da mensuração dos ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento enquanto que na IAS 17 (CPC 06 (R1)) esses incentivos resultaram no reconhecimento de um incentivo de obrigação de arrendamento, amortizados como redução das despesas com aluguéis em base linear.

De acordo com a IFRS 16, os ativos de direito de uso serão submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)). Essa norma substituirá a exigência anterior de reconhecimento da provisão para contratos de arrendamento onerosos.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores e móveis de escritório), a Companhia optará por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto na IFRS 16.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui compromissos de arrendamento operacional não canceláveis no valor de R\$100.393.

Uma avaliação preliminar indica que o valor de R\$73.305 referente a esses acordos refere-se a arrendamentos, exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, e, portanto, a Companhia reconhecerá um ativo de direito de uso nesse montante e uma obrigação de arrendamento correspondente no mesmo valor com relação a todos esses arrendamentos.

O impacto no resultado de 2019, corresponderá a uma redução em "Outras despesas" em R\$ 34.152, aumento na depreciação em R\$29.518 e aumento nas despesas com juros em R\$4.634. A avaliação preliminar indica que o valor de R\$ 16.941 desses acordos refere-se a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com a IFRS 16 no exercício de 2019 seria o aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais em R\$ 34.152 e a redução do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Arrendamentos financeiros

As principais diferenças entre a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) e a IAS 17 (CPC 06 (R1)) com relação aos ativos anteriormente mantidos em arrendamento financeiro correspondem à mensuração das garantias de valor residual fornecidas pelo arrendatário ao arrendador. A IFRS 16 requer que a Companhia reconheça como parte da sua obrigação de arrendamento apenas o valor devido nos termos de uma garantia de valor residual, em vez do valor máximo garantido conforme exigido pela IAS 17. Na adoção inicial, a Companhia irá apresentar equipamentos anteriormente incluídos no imobilizado na rubrica relacionada aos ativos de direito de uso e a obrigação de arrendamento, anteriormente apresentada em empréstimos, será apresentada em uma linha separada das obrigações de arrendamento.

Com base na análise dos arrendamentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 à luz dos fatos e das circunstâncias existentes naquela data, a Administração da Companhia concluiu que essa alteração não impactará os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

4.2.2. IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e
- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda:

Em caso positivo, a Companhia deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda.

Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

A interpretação é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. As entidades podem aplicar a interpretação com base na aplicação retrospectiva integral ou na aplicação retrospectiva modificada sem reapresentação de informações comparativas retrospectiva ou prospectivamente.

A Administração da Companhia não espera que a adoção dessas alterações no futuro tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

4.3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes.

Receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

A receita de venda de produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. O prazo normal de crédito é de 30 a 90 dias após a entrega.

Abatimentos por volume

A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Prestação de serviços

A receita de fabricação de ferramental é reconhecida com base no percentual de conclusão. O andamento da construção é medido com base na matéria prima e nas horas de trabalho incorridas até uma data-corte, como porcentual do total de horas de trabalho estimadas para cada contrato. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que os custos incorridos puderem ser recuperados. Isso é observado geralmente durante os estágios iniciais de fabricação, quando os ferramentais são submetidos a testes de qualidade pelo cliente.

b) Transações com moeda estrangeira

Convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas de crédito esperadas aplicando a abordagem simplificada, registrando as perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A partir da data de adoção inicial em 1º de janeiro de 2018, a Companhia constituiu provisão para perdas para 100% das contas a receber vencidas há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis.

e) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

f) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia e suas controladas fazem estimativas para avaliação da provisão para perdas em estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis nos estoques, seguindo os critérios apresentados a seguir.

A provisão para perdas com estoques de giro lento é constituída com base na política definida pela Administração, que leva em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses comparado com o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futura, a provisão para perdas em estoques é constituída entre a diferença do valor contábil e o seu valor recuperável.

g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção, e quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

O imobilizado inclui, quando aplicável, todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos como outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Pecas de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos e construções em andamento não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos, posteriormente, como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos (exceto terrenos e construções em andamento) deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil anual, pelo método linear, conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Edificações e benfeitorias	4%	7%
Máquinas e equipamentos	5%	14%
Pecas de reposição de máquinas	5%	18%
Ferramentais	3%	33%
Outros	5% a 40%	11% a 47%

h) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Compreendem: (i) marcas; (ii) direito de uso de terreno; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteiras de clientes adquiridas de terceiros; e (v) ágio na aquisição de controladas. Os ativos intangíveis sem vida útil definida compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas são anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes.

A marca Hayes Lemmerz foi um ativo identificado no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels.

O direito de uso do terreno onde se localiza a controlada Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd. é amortizado linearmente pelo prazo de 50 anos, conforme previsto no contrato de concessão com a prefeitura local.

As licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação, e de sistemas de gestão empresarial adquiridos são capitalizadas e amortizadas também conforme a vida útil estimada dos ativos, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

A carteira de clientes adquirida de terceiros foi identificada no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels e possui prazo de vida útil remanescente a ser amortizado completamente até 31 de janeiro de 2033.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos são registrados como despesa, quando incorridos.

i) Redução ao valor recuperável dos ativos

Ativos

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

Ágio

Com o objetivo de testar o valor recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem ao segmento automotivo e à unidade de negócio ao qual o ágio foi alocado e são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

j) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências passivas referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável do montante correspondente possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido e benefícios de assistência à saúde pós-emprego

A Companhia patrocina um plano fechado de previdência do tipo benefício definido, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo juros, e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros líquidos) são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débito ou crédito a lucros retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorram. As mensurações não são reclassificadas ao resultado em períodos subsequentes.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações na obrigação de benefício definido líquido na demonstração consolidada do resultado:

- Custos de serviço, compreendendo custos circulantes com serviços, custos com serviços passados, ganhos e perdas advindos de redução significativa da expectativa do tempo de trabalho e liquidações não usuais.
- Despesas ou receitas com juros líquidos.

Plano de contribuição definida

As obrigações pelas contribuições a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso da Companhia, o plano de contribuição definida é representado por plano aberto caracterizado por contribuições fixas e sem risco atuarial ou de obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais por parte da Companhia.

l) Benefícios a colaboradores

Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos colaboradores, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Remuneração baseada em ações

Para os participantes dos planos, o valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com o correspondente aumento do patrimônio.

No encerramento de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica "Opções outorgadas reconhecidas", que registrou o benefício aos colaboradores.

m) Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias quando aplicáveis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

n) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos:				
No Brasil	12.752	7.783	20.221	14.427
No exterior	-	-	305.549	283.886
	<u>12.752</u>	<u>7.783</u>	<u>325.770</u>	<u>298.313</u>
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
No Brasil	54.036	113.257	54.977	121.944
No exterior	-	-	106.156	123.074
	<u>54.036</u>	<u>113.257</u>	<u>161.133</u>	<u>245.018</u>
Total	<u>66.788</u>	<u>121.040</u>	<u>486.903</u>	<u>543.331</u>

Operações	Rentabilidade média	Liquidez	País	Controladora		Consolidado	
				31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Certificado de Depósito Bancário - CDB	99,1% CDI	Imediata	Brasil	47.147	43.466	48.088	50.895
Debêntures compromissadas	78,6% CDI	Imediata	Brasil	6.889	69.791	6.889	71.049
Aplicação em pesos mexicanos	4,6% a.a.	Imediata	México	-	-	36.126	17.827
Aplicação em dólares norte-americanos	0,7% a.a.	Imediata	México	-	-	284	234
Aplicação em euros	0,5% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	11.098	36.518
Aplicação em dólares norte-americanos	3,3% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	45.908	54.211
Aplicação em liras turcas	21,5% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	12.740	14.284
Total				<u>54.036</u>	<u>113.257</u>	<u>161.133</u>	<u>245.018</u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
No País	223.217	224.129	255.230	264.046
No exterior	4.873	9.073	984.351	804.184
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	60.986	22.971	28.348	4.520
Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.893)	(2.057)	(14.103)	(7.834)
Total	<u>286.183</u>	<u>254.116</u>	<u>1.253.826</u>	<u>1.064.916</u>

Movimentação na provisão para expectativa de perdas de créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(2.057)	(415)	(7.834)	(5.817)
Valores recuperados	1.142	1.351	3.903	4.855
Valores baixados como incobráveis	1.080	611	1.430	1.470
Complementos	(3.058)	(3.604)	(11.205)	(8.102)
Variação cambial	-	-	(397)	(240)
Saldo no fim do exercício	<u>(2.893)</u>	<u>(2.057)</u>	<u>(14.103)</u>	<u>(7.834)</u>

b) Saldos por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	246.559	218.001	1.131.214	951.312
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	27.291	29.338	98.898	80.286
De 31 a 60 dias	2.880	2.639	10.770	15.756
De 61 a 90 dias	1.011	675	3.904	5.336
De 91 a 180 dias	8.332	1.389	14.117	6.411
Acima de 180 dias	3.003	4.131	9.026	13.649
Total	<u>289.076</u>	<u>256.173</u>	<u>1.267.929</u>	<u>1.072.750</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	50.249	42.894	379.501	300.293
Produtos em elaboração e semiacabados	69.375	56.682	254.956	198.538
Ferramentais para revenda em elaboração	82.110	58.392	153.075	123.741
Matérias-primas	92.694	70.416	377.613	300.918
Materiais auxiliares e embalagens	67.570	64.575	284.931	229.304
Adiantamentos a fornecedores	34.908	64.866	53.679	82.988
Importações em andamento	8.545	2.844	10.021	5.807
Provisão para perdas	(22.533)	(12.539)	(65.755)	(50.144)
Total	382.918	348.130	1.448.021	1.191.445

Movimentação na provisão para perdas dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(12.539)	(9.028)	(50.144)	(44.280)
Reversões	21.058	6.223	41.601	20.999
Complementos	(31.052)	(9.734)	(52.672)	(24.174)
Variação cambial	-	-	(4.540)	(2.689)
Saldo no fim do exercício	(22.533)	(12.539)	(65.755)	(50.144)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - e				
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	16.515	11.586	86.018	62.774
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	13.186	15.905	19.341	22.971
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	885	2.532	1.219	3.396
Créditos tributários de exportação - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA	5.628	4.396	6.757	4.911
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.813	2.079	2.710	2.976
Programa de Integração Social - PIS	386	448	2.347	3.588
Outros	915	110	1.008	345
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	80.490	49.351
Turquia	-	-	29.135	14.849
Índia	-	-	15.913	-
Alemanha	-	-	13.389	5.318
Outros países	-	-	8.537	8.438
Total	39.328	37.056	266.864	178.917
Circulante	30.957	23.008	237.675	159.482
Não circulante	8.371	14.048	29.189	19.435

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

Os montantes do imposto de renda e da contribuição social diferidos reconhecidos no ativo e passivo não circulantes têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízos fiscais	146.629	149.489	240.691	222.640
Base negativa de contribuição social	51.006	52.015	65.239	63.511
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	21.088	16.541	29.901	23.959
Provisão para participação nos resultados	12.934	8.250	12.934	8.250
Provisão para plano de incentivo de longo prazo	1.496	843	1.496	1.984
Provisão para perdas nos estoques	7.662	4.263	13.197	8.990
Provisão para expectativa de perdas de créditos	1.026	742	7.820	7.046
Derivativos sobre o valor justo das debêntures	-	37.341	-	37.341
Gastos com pesquisa e desenvolvimento e outros	-	-	538	2.401
Provisão para passivo atuarial	-	-	69.871	58.711
Opção de compra de participação acionária - Índia	-	-	4.000	4.183
Diferença de depreciação e amortização	(85.669)	(79.252)	(325.376)	(290.110)
Custo atribuído - imobilizado - CPC 27	(40.182)	(45.357)	(40.182)	(45.357)
Amortização fiscal do ágio sobre investimentos gerado na aquisição da ex-controlada Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda.	(40.465)	(40.465)	(40.465)	(40.465)
Custos financeiros capitalizados - CPC 08	(1.960)	(488)	(7.121)	(1.488)
Outros	31.839	31.259	25.112	26.610
Total	105.404	135.181	57.655	88.206
Ativo tributário diferido líquido	105.404	135.181	257.517	257.236
Passivo tributário diferido líquido	-	-	(199.862)	(169.030)

Composição do crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social - consolidado

	31/12/2018	31/12/2017
Iochpe Maxion S.A. (controladora)	197.635	201.504
Iochpe Holdings, LLC e controladas	108.295	84.647
Total	305.930	286.151

A Companhia também possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos nas demonstrações consolidadas, gerados por algumas de suas controladas no exterior, conforme segue:

País	31/12/2018			31/12/2017
	Valor (iii)	Prescrição	Limite por ano	Valor (iii)
Estados Unidos da América - Federal (i)	650.089	2024 a 2039	(iv)	731.738
Estados Unidos da América - Estadual (i)	398.567	2021 a 2039	(ii)	444.938
China (i)	67.022	2019 a 2022	Não há	76.909
Espanha (i)	22.086	Não há	25% a 50%	22.578
África do Sul (i)	72.002	Não há	Não há	84.059
Tailândia (i)	28.407	2019 a 2021	Não há	40.222
Áustria (i)	11.475	Não há	75%	22.068
Total	1.249.648			1.422.512

- (i) Por não haver ainda projeções suficientes de lucros tributáveis, não foram reconhecidos os créditos tributários diferidos do imposto de renda nas referidas controladas.
- (ii) Depende do Estado onde foi apurado o crédito fiscal diferido.

- (iii) Créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos convertidos pela taxa de câmbio final naquela data.
- (iv) Para os prejuízos fiscais federais há diversas regras de utilização de acordo com a lei tributária local relacionadas ao ano em que cada prejuízo foi gerado e ao resultado tributável.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração anualmente, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrado no consolidado em 31 de dezembro de 2018, nos seguintes exercícios:

	R\$
2019	21.239
2020	22.700
2021	30.766
2022	46.005
2023	52.812
2024 até 2028	132.408
Total	305.930

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. No caso da Controladora, levou também em consideração ações que estão sendo implementadas, notadamente quanto à reestruturação operacional e financeira da Companhia.

b) Conciliação do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	238.487	(33.441)	480.674	149.348
Alíquota combinada - %	34	34	34	34
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	(81.086)	11.370	(163.429)	(50.778)
Resultado de equivalência patrimonial	48.834	29.902	(4.915)	(6.785)
Despesas indedutíveis	(1.573)	(3.591)	(27.640)	(24.185)
Crédito tributário não constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal	-	-	43.060	100.755
Impostos sobre distribuição de dividendos no exterior	-	-	(20.359)	(12.016)
Diferencial de alíquota das controladas do exterior	-	-	30.877	(71.448)
Crédito tributário de controladas	-	-	58.629	6.965
Efeito de tradução (moeda local X funcional)	-	-	(17.299)	(16.021)
Créditos autorizados por decisão judicial transitada em julgado	1.659	2.163	1.659	2.163
Benefício dos juros sobre capital próprio	36.957	-	36.957	-
Passivo financeiro sobre debêntures conversíveis em ações - 6ª emissão	(40.135)	-	(40.135)	-
Outros	(1.818)	-	(71.937)	2.211
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social no resultado	(37.162)	39.844	(174.532)	(69.139)
Correntes	(7.384)	(5.529)	(148.043)	(136.828)
Diferidos	(29.778)	45.373	(26.489)	67.689

10. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

	31/12/2018	31/12/2017
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	17.116	14.402
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	73.470	61.912
Participação nos resultados pactuados no Brasil (bônus)	19.422	13.270
Participação nos resultados pactuados no exterior (bônus)	19.159	17.148
A Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada, no montante de R\$1.003 (R\$913 em 2017), em nome dos diretores estatutários e do pessoal-chave da Administração.		

Os saldos das opções de compra de ações, bem como os respectivos preços de exercício dos planos outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 21.

Os saldos da provisão do plano de incentivo de longo prazo outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 22.

b) Transações com partes relacionadas

Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto operações entre estes, a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Tais operações incluem, entre outras, contratos de serviços compartilhados, contratos de mútuo e concessão de avais em condições detalhadas a seguir:

	31/12/2018				
	Ativo		Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Mútuo (i)	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. (ii)	5.213	32.612	6	39	-
Maxion Wheels e suas controladas	27.545	-	238	142.472	-
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	-	4.423	-	4.443
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	5.093	-	-	39.223	-
Maxion Montich S.A. (ii)	23.135	-	-	40.069	-
Total	<u>60.986</u>	<u>32.612</u>	<u>4.667</u>	<u>221.803</u>	<u>4.443</u>

	31/12/2017				
	Ativo		Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Mútuo (i)	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. (ii)	2.461	31.961	8	23	-
Maxion Wheels e suas controladas	16.667	-	3.086	125.178	-
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	14	-	-	21	-
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	1.442	-	-	35.134	-
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	328	-	-	-	-
Maxion Montich S.A.(ii)	2.059	-	-	12.775	-
Total	<u>22.971</u>	<u>31.961</u>	<u>3.094</u>	<u>173.131</u>	<u>-</u>

- (i) Refere-se ao contrato de mútuo firmado em 28 de abril de 2017, com a AmstedMaxionFundição, no valor de R\$31.489 acrescido de R\$1.123 de juros, para o pagamento de dívidas preexistentes, remunerado semestralmente pela variação do CDI, acrescida de 2% ao ano, com vencimento do principal em 28 de abril de 2020, sujeito à prorrogação por períodos adicionais de um ano, salvo mediante prévia notificação em contrário da Companhia. A realização do crédito está suportada, substancialmente, pelos resultados futuros da AmstedMaxionFundição, consoante ao seu plano de negócios.
- (ii) No consolidado, as operações entre as controladas em conjunto AmstedMaxionFundição e a Maxion Montich com a Companhia não são eliminadas.

c) Avais e garantias concedidos

A Companhia mantém os seguintes valores prestados como avais em operações mantidas por suas controladas e seus negócios em conjunto, referentes substancialmente aos empréstimos e financiamentos divulgados na nota explicativa nº 14:

Controladas	31/12/2018	31/12/2017
Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	474.859	414.251
Maxion Wheels e suas controladas	1.603.956	1.767.906
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	49.560	37.424
Negócios em conjunto	31/12/2018	31/12/2017
Maxion Montich do Brasil Ltda.	25.884	6.443
Maxion Montich S.A.	-	4.706

11. INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participação em controladas	2.213.511	1.414.395	-	-
Participação em negócios em conjunto	46.631	47.178	46.631	47.178
Subtotal de investimentos	2.260.142	1.461.573	46.631	47.178
Outros investimentos	168	158	172	161
Total de investimentos	2.260.310	1.461.731	46.803	47.339

b) Movimentação

	Saldo em 31/12/2017	Aumento (redução) de capital	Variação cambial sobre investimentos no exterior	Efeitos de mudanças de premissas atuariais	Resultado de equivalência patrimonial	Derivativo da opção de compra (iii)	Outros	Saldo em 31/12/2018
Iochepe Maxion								
Austria GmbH (i)	1.379.264	411.368	237.916	(11.997)	166.993	-	-	2.183.544
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	31.722	-	3.120	-	(9.324)	-	-	25.518
Remon Resende Montadora Ltda.	24	-	-	-	353	-	32	409
Maxion Montich S.A. (ii) (iv)	7.344	-	(2.006)	-	(5.390)	-	10.708	10.656
Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. (ii)	39.835	-	-	-	(9.067)	5.214	(7)	35.975
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	3.384	-	592	-	64	-	-	4.040
Total	1.461.573	411.368	239.622	(11.997)	143.629	5.214	10.733	2.260.142

	Saldo em 31/12/2016	Aumento (redução) de capital	Varição cambial sobre investimentos no exterior	Efeitos de mudanças de premissas atuariais	Resultado de equivalência patrimonial	Derivativo da opção de compra (iv)	Outros	Saldo em 31/12/2017
Iochepe Maxion								
Austria GmbH	1.580.515	(346.089)	29.389	1.200	114.249	-	-	1.379.264
Maxion (Nantong)								
Wheels, Co., Ltd.	35.666	-	2.516	-	(6.460)	-	-	31.722
Maxion Componentes								
Estruturais Ltda.	992	-	-	-	108	-	(1.100)	-
Remon Resende								
Montadora Ltda.	3	-	-	-	21	-	-	24
Maxion Montich S.A.								
(ii)	6.918	-	(1.036)	-	1.462	-	-	7.344
Amsted-Maxion								
Fundição e								
Equipamentos								
Ferrovários S.A.								
(ii)	74.346	-	-	-	(21.419)	(13.458)	366	39.835
Maxion Wheels								
(Thailand) Co. Ltd.	-	-	(41)	-	(15)	-	3.440	3.384
Total	<u>1.698.440</u>	<u>(346.089)</u>	<u>30.828</u>	<u>1.200</u>	<u>87.946</u>	<u>(13.458)</u>	<u>2.706</u>	<u>1.461.573</u>

- (i) Em 5 de fevereiro, 18 de abril e 20 de dezembro de 2018, foram efetuados aumentos de capital no montante de R\$20.120 (€5.000mil), R\$420.695 (€125.000mil) e R\$2.866 (€650mil), respectivamente. Em 12 de março de 2018, foi efetuado uma redução de capital no montante de R\$32.314 (€8.000mil).
- (ii) Controladas em conjunto consideradas na controladora e no consolidado pelo método de equivalência patrimonial.
- (iii) Em 28 de abril de 2017, a Companhia outorgou aos demais acionistas de sua controlada em conjunto AmstedMaxionFundição opções de compra de participação adicional totalizando 12,8% do capital social da AmstedMaxionFundição, pelo valor total de USD 5.000 mil. Essas opções de compra são exercíveis até dezembro de 2020, atendidas certas condições pactuadas pelas partes. Em 31 de dezembro de 2018, o investimento está ajustado pelo valor justo das opções de compra no valor de R\$8.244 (R\$13.458 em 31 de dezembro de 2017).
- (iv) Vide nota explicativa nº 2 na seção participação em negócios em conjunto.

c) Informações das empresas controladas e negócios em conjunto

	31/12/2018								Lucro líquido (prejuízo) do exercício
	Nº de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Receita líquida	
Iochepe Maxion Austria GmbH (i)	-	100	6.990.468	4.526.306	892.790	2.183.544	280.618	7.629.748	166.993
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100	92.446	66.928	267.058	25.518	-	58.079	(9.324)
Remon Resende Montadora Ltda. (ii)	90	100	1.269	860	90	409	-	2.074	373
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	-	8,15	184.521	135.006	124.192	49.515	-	313.790	785
Maxion Montich S.A.	2.813	50	186.547	165.197	5.316	21.313	37	180.129	(10.780)
Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferrovários S.A.	14.566.122	37,75	446.200	329.065	184.685	117.135	-	337.870	(24.019)

31/12/2017

	Nº de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Iochepe Maxion Austria GmbH (i)	-	100	5.883.884	4.258.597	693.199	1.379.264	246.023	5.929.653	114.249
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100	91.678	59.956	241.044	31.722	-	46.537	(6.460)
Remon Resende Montadora Ltda. (ii)	90	66,66	741	705	90	24	12	1.364	31
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	108
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	-	8,15	144.577	103.112	105.221	41.465	-	17.179	(184)
Maxion Montich S.A.	2.813	50	175.543	160.844	987	14.687	12	126.307	2.924
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	14.566.122	37,75	452.784	311.611	184.685	141.173	-	301.099	(53.888)

(i) De acordo com as respectivas legislações locais, não existe a figura de quantidade de ações ou cotas.

(ii) Foram utilizadas as informações financeiras na data-base 30 de novembro de 2018.

d) Detalhes sobre controladas que possuem participação de acionistas não controladores:

Nome da controlada	Principal atividade	País	Participação e capital votante	
			31/12/2018	31/12/2017
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	40%	40%
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	40%	40%
Kalyani Maxion Wheels Limited	Fabricação e comercialização de rodas	Índia	15%	15%

As demonstrações financeiras resumidas relativas a cada uma das controladas nas quais a Companhia possui participações estão apresentadas a seguir, antes das eliminações de transações entre as demais controladas da Companhia:

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Balanços patrimoniais						
Ativo circulante	360.778	322.875	189.840	182.176	117.989	108.169
Ativo não circulante	365.045	313.828	95.653	84.425	129.657	128.319
Total do ativo	725.823	636.703	285.493	266.601	247.646	236.488
Passivo circulante	211.099	192.024	89.494	90.709	93.268	96.683
Passivo não circulante	46.847	39.402	20.475	17.225	26.265	26.056
Patrimônio líquido	467.877	405.277	175.524	158.667	128.113	113.749
Total do passivo e patrimônio líquido	725.823	636.703	285.493	266.601	247.646	236.488
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	187.151	162.111	70.210	63.467	19.217	17.062
	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Demonstrações do resultado						
Receita líquida de vendas	1.142.692	932.249	385.976	314.355	361.318	288.552
Custo dos produtos vendidos	(893.049)	(689.299)	(295.292)	(221.697)	(327.865)	(249.770)
Lucro bruto	249.643	242.950	90.684	92.658	33.453	38.782
Despesas operacionais, líquidas	(32.763)	(64.845)	(18.167)	(36.637)	(21.344)	(30.555)
Impostos sobre o lucro	(18.286)	(39.838)	(11.952)	(11.764)	(4.559)	(3.899)
Lucro líquido do exercício	198.594	138.267	60.565	44.257	7.550	4.328
Lucro líquido dos acionistas não controladores	79.438	55.307	24.226	17.703	1.133	649
Resumo do fluxo de caixa						

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resumo do fluxo de caixa						
Operacional	14.961	7.872	222.292	212.931	56.714	34.300
Investimentos	(9.355)	(5.476)	(56.738)	(24.869)	(18.623)	(6.758)
Financiamentos	4.752	(8.390)	(168.415)	(172.042)	(57.768)	(43.070)
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(609)	570	(13.338)	(14.806)	1.604	5.319
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	9.749	(5.424)	(16.199)	1.214	(18.073)	(10.209)

Em 2018, foram pagos a títulos de dividendos obrigatórios para os acionistas não controladores os montantes de R\$69.637 e R\$23.635 nas controladas indiretas Maxion Inci Jant Sanayi, A.S. e Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S. respectivamente.

12. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (i)	Peças de reposição de máquinas	Ferramentais	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	154.319	529.839	24.251	123.712	24.604	29.151	39.492	925.368
Adições	145	1.215	-	26.012	5.244	-	2.777	35.393
Baixas líquidas	(16)	(740)	-	(296)	(4.161)	(11)	(696)	(5.920)
Depreciação	(7.312)	(34.284)	-	-	(1.547)	(2.547)	(5.976)	(51.666)
Transferências	10.016	72.385	-	(93.801)	161	1.880	9.346	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	157.152	568.415	24.251	55.627	24.301	28.473	44.943	903.162
Adições	438	3.093	-	50.856	7.856	267	9.075	71.585
Baixas líquidas	(38)	(7.116)	-	(964)	(9.317)	(11)	(3.713)	(21.159)
Depreciação	(7.231)	(38.948)	-	-	(1.888)	(3.169)	(6.455)	(57.691)
Transferências	748	9.562	-	(11.275)	372	843	35	285
Saldo em 31 de dezembro de 2018	151.069	535.006	24.251	94.244	21.324	26.403	43.885	896.182
Em 31 de dezembro de 2017								
Custo	249.955	1.066.567	24.251	55.627	28.370	80.393	118.239	1.623.402
Depreciação acumulada	(92.803)	(498.152)	-	-	(4.069)	(51.920)	(73.296)	(720.240)
Saldo contábil líquido	157.152	568.415	24.251	55.627	24.301	28.473	44.943	903.162
Em 31 de dezembro de 2018								
Custo	251.060	1.055.359	24.251	94.244	25.844	82.738	108.624	1.642.120
Depreciação acumulada	(99.991)	(520.353)	-	-	(4.520)	(56.335)	(64.739)	(745.938)
Saldo contábil líquido	151.069	535.006	24.251	94.244	21.324	26.403	43.885	896.182

b) Consolidado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (ii)	Peças de reposição de máquinas	Ferramentais	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	531.790	1.690.131	187.550	297.739	56.190	55.902	100.579	2.919.881
Adições	1.166	19.593	-	168.512	19.143	6.828	20.249	235.491
Baixas líquidas	(16)	(3.683)	-	(3.336)	(4.855)	(47)	(1.060)	(12.997)
Depreciação	(27.752)	(215.857)	-	-	(10.522)	(17.306)	(14.710)	(286.147)
Transferências	27.436	191.435	-	(244.918)	239	5.970	19.436	(402)
Variação cambial	31.792	91.772	19.164	14.661	2.747	3.751	3.378	167.265
Saldo em 31 de dezembro de 2017	564.416	1.773.391	206.714	232.658	62.942	55.098	127.872	3.023.091
Adições (iii)	19.190	64.361	-	331.619	32.388	13.748	27.819	489.125
Baixas líquidas	(242)	(11.937)	-	(1.019)	(10.704)	(957)	(4.064)	(28.923)
Depreciação	(31.944)	(254.496)	-	-	(16.220)	(18.843)	(15.527)	(337.030)
Transferências (iv)	14.112	184.797	11.496	(210.758)	675	6.454	(7.099)	(323)
Variação cambial	49.731	139.398	20.669	27.939	4.733	2.524	7.391	252.385
Saldo em 31 de dezembro de 2018	615.263	1.895.514	238.879	380.439	73.814	58.024	136.392	3.398.325
Em 31 de dezembro de 2017								
Custo	877.741	3.489.729	206.714	232.658	93.264	234.247	280.344	5.414.697
Depreciação acumulada	(313.325)	(1.716.338)	-	-	(30.322)	(179.149)	(152.472)	(2.391.606)
Saldo contábil líquido	564.416	1.773.391	206.714	232.658	62.942	55.098	127.872	3.023.091
Em 31 de dezembro de 2018								
Custo	993.951	4.002.538	238.879	380.439	121.838	236.075	294.592	6.268.312
Depreciação acumulada	(378.688)	(2.107.024)	-	-	(48.024)	(178.051)	(158.200)	(2.869.987)
Saldo contábil líquido	615.263	1.895.514	238.879	380.439	73.814	58.024	136.392	3.398.325

- (i) Em 31 de dezembro de 2018, são compostas por projetos relativos a: (1) edificações, no montante de R\$24.372 (R\$24.003 em 31 de dezembro de 2017); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$65.385 (R\$28.041 em 31 de dezembro de 2017); e (3) outros ativos, no montante de R\$4.487 (R\$3.583 em 31 de dezembro de 2017), referentes à expansão da unidade de Cruzeiro.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2018, são compostas por projetos relativos a: (1) edificações, no montante de R\$49.070 (R\$24.534 em 31 de dezembro de 2017); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$296.935 (R\$203.216 em 31 de dezembro de 2017); e (3) outros ativos, no montante de R\$34.434 (R\$4.908 em 31 de dezembro de 2017), referentes às expansões das unidades de México, Cruzeiro, República Tcheca e Índia.
- (iii) Do total de adições no exercício, a maior parte das aplicações de recursos foi realizada pelas unidades de Maxion Wheels, Maxion Inmagusa, Maxion Wheels Índia e Cruzeiro nos montantes de R\$255.585, R\$80.610, R\$60.610 e R\$56.266, respectivamente.
- (iv) Em 2018, contemplam transferências realizadas entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Intangível" no valor de R\$(645), e entre as rubricas "Estoque" e "Ativo imobilizado" no valor de R\$322.

Os valores dos bens do ativo imobilizado dados em garantia em operações de empréstimos e financiamentos estão demonstrados na nota explicativa nº 14.

13. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO

Ativos com vida útil definida	Relacionamento com clientes	Software	Direito de uso do terreno	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	97.334	13.147	5.159	2.129	117.769
Adições	-	10.498	-	1.534	12.032
Baixas líquidas	-	(5)	-	-	(5)
Amortização	(6.320)	(7.428)	(127)	(1.975)	(15.850)
Transferências	-	404	-	(2)	402
Variação cambial	1.229	384	421	802	2.836
Saldo em 31 de dezembro de 2017	92.243	17.000	5.453	2.488	117.184
Adições	-	24.924	-	2.345	27.269
Baixas líquidas	-	184	-	-	184
Amortização	(7.236)	(8.882)	(148)	(2.279)	(18.545)
Transferências (a)	-	645	-	-	645
Variação cambial	15.369	1.173	585	273	17.400
Saldo em 31 de dezembro de 2018	100.376	35.044	5.890	2.827	144.137
Em 31 de dezembro de 2017					
Custo	130.996	63.568	6.830	48.822	250.216
Amortização acumulada	(38.753)	(46.568)	(1.377)	(46.334)	(133.032)
Saldo contábil líquido	92.243	17.000	5.453	2.488	117.184
Em 31 de dezembro de 2018					
Custo	153.442	89.318	7.567	48.933	299.260
Amortização acumulada	(53.066)	(54.274)	(1.677)	(46.106)	(155.123)
Saldo contábil líquido	100.376	35.044	5.890	2.827	144.137
Taxa média anual de amortização linear	5%	20%	2%	8%	

Ativos de vida útil indefinida	Ágio na aquisição de Controladas					Total
	Marca Hayes Lemmerz	Maxion Wheels	Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	Méitor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda.	Iochpe Sistemas Automotivos de México S.A de C.V	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	79.848	844.605	337.496	20.292	2.035	1.284.276
Variação cambial	1.198	12.673	5.064	-	29	18.964
Saldo em 31 de dezembro de 2017	81.046	857.278	342.560	20.292	2.064	1.303.240
Variação cambial	13.887	146.888	58.695	-	233	219.703
Saldo em 31 de dezembro de 2018	94.933	1.004.166	401.255	20.292	2.297	1.522.943

(a) Transferências realizadas entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Intangível" (vide nota explicativa nº 12 item (iv)).

O teste de recuperação dos saldos de ágio e ativos líquidos da Companhia e de suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Controladora

	Indexador	Taxa anual de juros - %	Última data de vencimento	Custo da transação amortizado	Saldo do custo da transação a amortizar	31/12/2018	31/12/2017
Moeda nacional							
BNDEx EXIM	-	-	-	-	-	-	98.391
BNDEx - Finame (ii)	TJLP	4,79	Março de 2021	-	-	249	353
BNDEx - Finem e Automático (iii) (iv)	TJLP	3,18	Julho de 2022	-	-	7.668	11.880
	Cesta de moedas	4,40	Dezembro de 2019	-	-	386	650
BNDEx - Automático (iv)	-	5,97	Janeiro de 2024	-	-	7.060	11.278
FINAME - PSI (ii) (iii)	-	-	-	-	-	-	7.507
Financiamento exportação - compulsório (vi)	-	-	-	-	-	-	-
FINDES PRO-INVEST (v)	IPCA	3,82	Dezembro de 2019	-	-	3.021	8.826
FINEP	-	-	-	-	-	-	186
FINEP	TJLP	2,00	Junho de 2022	-	-	10.017	12.871
FINEM	-	-	-	-	-	-	2.324
Cédula de crédito à exportação (ix)	CDI	-	-	-	-	-	5.006
Leasing	-	2,99	Setembro de 2020	-	-	1.038	1.567
Subtotal moeda nacional						29.439	160.839
Moeda estrangeira							
Empréstimo BNDEx - US\$ (iii)	-	6,96	Julho de 2022	-	-	9.724	10.628
Subtotal de moeda estrangeira						9.724	10.628
Total de empréstimos e financiamentos						39.163	171.467
Debêntures							
Debêntures conversíveis em ações da 6ª emissão	-	-	-	-	-	-	239.432
Debêntures simples com bônus de subscrição da 7ª emissão	CDI	2,00	Abril de 2019	7.610	227	155.769	159.550
Debêntures simples da 8ª emissão	CDI	1,40	Março de 2023	932	5.540	453.223	-
Total de debêntures				8.542	5.767	608.992	398.982
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures						648.155	570.449
Passivo circulante							
Custos a amortizar						179.610	376.680
Total						(1.565)	(1.217)
						178.045	375.463
Passivo não circulante							
Custos a amortizar						474.312	195.206
Total						(4.202)	(220)
						470.110	194.986

b) Consolidado

	Indexador	Taxa anual de juros - %	Última data de vencimento	Custo da transação amortizado	Saldo do custo da transação a amortizar	31/12/2018	31/12/2017
Moeda nacional							
BNDES EXIM	-	-	-	-	-	-	98.391
BNDES - Finame (ii)	TJLP	4,79	Março de 2021	-	-	249	353
BNDES - Finem e Automático (iii) (iv)	TJLP	3,11	Julho de 2022	-	-	11.724	17.014
	Cesta de moedas		Dezembro de 2019	-	-	386	650
BNDES - Automático (v)		4,40		-	-	7.502	11.843
FINAME - PSI (ii) (iii)	-	5,97	Janeiro de 2024	-	-	-	7.507
Financiamento exportação - compulsório	-	-	-	-	-	-	-
			Dezembro de 2019	-	-	3.021	8.826
FINDES PRO-INVEST (v)	IPCA	3,82		-	-	-	186
FINEP	-	-	-	-	-	10.017	12.871
FINEP	TJLP	2,00	Junho de 2022	-	-	-	2.324
FINEM	-	-	-	-	-	-	5.006
Cédula de crédito à exportação	-	-	-	-	-	-	-
			Setembro de 2020	-	-	1.038	1.567
Leasing	-	2,99		-	-	33.937	166.538
Subtotal de moeda nacional				-	-		
Moeda estrangeira							
Empréstimo BNDES - US\$ (iii)	-	6,96	Julho de 2022	-	-	15.330	16.715
			Setembro de 2022	-	-	347.823	354.625
Empréstimo de longo prazo - US\$ (i) (vii)	Libor 6m	4,35	Novembro de 2023	1.888	6.022	-	-
Empréstimo de longo prazo - rupia (xii)	MCLR	0,15		-	-	576.802	901.007
Syndicate - US\$ (viii)	Libor 6m	4,00	Maio de 2023	2.227	11.311	563.167	499.240
	Euribor 3m	3,60	Fevereiro de 2022	8.234	15.975	1.950	3.473
Syndicate - Euro (x)	-	4,78	Agosto de 2019	-	-	69.913	-
Crédito à exportação - euro	-	-	-	-	-	-	-
Capital de giro - dólar norte-americano (xi)	Libor 2m	1,00	Abril de 2019	-	-	159.553	56.661
			Novembro de 2019	-	-	19.429	139.286
Capital de giro - dólar norte-americano (ix)	Libor 3m	1,31		-	-	-	-
Capital de giro - dólar norte-americano	Libor 6m	1,88	Março de 2019	-	-	37.693	-
			Setembro de 2019	-	-	49.560	37.424
Capital de giro - pesos mexicanos (xiii)	TIIE	1,70		-	-	248.326	223.596
			Fevereiro de 2019	-	-	30.984	25.410
Capital de giro - renminbi yuan	-	4,96		-	-	-	-
Capital de giro - euro (xiv)	-	1,23	Julho de 2026	-	-	-	859
Capital de giro - rupia (vi)	-	7,30	Maio de 2019	-	-	3	19.224
			Novembro de 2019	-	-	132	-
Capital de giro - rupia (xii)	MCLR	0,15		-	-	87	236
Capital de giro - rand	-	-	-	-	-	-	-
Capital de giro - baht	-	7,13	Janeiro de 2019	-	-	-	-
Leasing - baht	-	5,00	Agosto de 2019	-	-	-	-
			Fevereiro de 2020	-	-	-	-
Capital de giro - baht	-	4,00		-	-	236	236
Subtotal de moeda estrangeira				12.349	33.308	2.170.776	2.277.756
Total de empréstimos e financiamentos						2.204.713	2.444.294
Debêntures conversíveis da 6ª emissão	-	-	-	-	-	-	239.432
Debêntures simples com bônus de subscrição da 7ª emissão	CDI	2,00	Abril de 2019	7.610	227	155.769	159.550
Debêntures simples da 8ª emissão	CDI	1,40	Março de 2023	932	5.540	453.223	-
Total de debêntures				8.542	5.767	608.992	398.982
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures				20.891	39.075	2.813.705	2.843.276
Passivo circulante						1.091.381	1.370.449
Custos a amortizar						(15.232)	(17.905)
Total						1.076.149	1.352.544
Passivo não circulante						1.761.399	1.512.910
Custos a amortizar						(23.843)	(22.178)
Total						1.737.556	1.490.732

- (i) Representa o valor nominal de US\$77.900 mil decorrente de empréstimo captado por meio da controlada indireta Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. ("Inmagusa") com o Itaú BBA International PLC, cujo prazo de vencimento final previsto é 14 de setembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2018, representa o saldo no consolidado de R\$303.120. Esse empréstimo possui os índices financeiros conforme descritos na seção "Condições das Debêntures", item b).
- (ii) Os financiamentos com o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e FINAME - PSI estão garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos, no valor líquido de R\$7.309 na controladora e R\$7.751 no consolidado em 31 de dezembro de 2018 (R\$11.631 na controladora e R\$12.196 no consolidado em 31 de dezembro de 2017).
- (iii) Linha direta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia e da controlada Maxion Wheels do Brasil nas modalidades FINEM, FINAME - PSI e empréstimo em dólar norte-americano, cujo valor total é de R\$55.530, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$27.921. Destina-se ao financiamento dos investimentos na nova planta de rodas de alumínio construída em Limeira e à expansão da planta de rodas de alumínio na unidade de Santo André. Possui os índices financeiros conforme descritos na seção "Condições das Debêntures", item b), e é garantida pela hipoteca de parte da planta de Limeira.
- (iv) Contratos firmados por intermédio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG como agente do programa de financiamento do BNDES Automático destinados à ampliação e modernização de ativos e projetos relacionados à pesquisa e ao desenvolvimento da planta de Contagem. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desses contratos é de R\$1.280 e está garantido com a hipoteca da planta de Contagem.

- (v) Linha de crédito do Governo de Minas Gerais concedida por meio do BDMG, que apoia o desenvolvimento e a modernização do parque industrial da planta de Contagem, garantidos com a hipoteca da planta de Contagem, com saldo consolidado em 31 de dezembro de 2018 de R\$3.021.
- (vi) Capital de giro em rupia entre a Kalyani Maxis Wheels Limited - Índia e bancos locais, sendo este garantido com recebíveis da planta da Índia. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo é de R\$30.984.
- (vii) Empréstimo de longo prazo no Banco Bladex S.A., com a finalidade de investir em ativo fixo e capital de giro, no valor de US\$11.600 mil captado em 2015. Em 2016, a Companhia contratou um adicional de US\$13.400 mil. Em 31 de dezembro de 2018, representa o saldo no consolidado de R\$44.703 (R\$54.500 em 31 de dezembro de 2017).
- (viii) Em 9 de maio de 2018, a controlada Maxis Wheels Sedalia LLC, captou empréstimo sindicalizado, envolvendo dois bancos, no montante de US\$150.000 mil, com taxa de 4,00% + Libor de 6 meses, com vencimento em maio de 2023, com dois anos de carência e recursos destinados para o pagamento antecipado do saldo remanescente do empréstimo sindicalizado Tranch A, no valor de US\$ 150.000 mil e vencimento final em 07 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desse empréstimo no consolidado era de R\$576.802 equivalente a US\$148.860 mil. O referido empréstimo, também possui "covenants", os quais possuem os mesmos índices financeiros conforme descrito na seção "Condições das Debêntures", item b).
- (ix) A controlada Maxis Wheels de Mexico S. de R.L. De C.V., captou empréstimo de capital de Giro em US\$ no valor total de principal de US\$41.000 mil, junto dois bancos no exterior. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desse empréstimo no consolidado era de R\$159.553 (R\$136.322 em 31 de dezembro de 2017).
- (x) Em 24 de fevereiro de 2017, a controlada indireta Maxis Wheels EAAP Holding GmbH captou empréstimo sindicalizado, envolvendo sete bancos, no montante de C130.000 mil com taxa de 3,60% + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2022, com dois anos de carência, e os recursos destinados para pagamento de empréstimos de curto-prazo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desse empréstimo era de R\$563.167. O referido empréstimo possui "covenants", os quais possuem os mesmos índices financeiros.
- (xi) Em 11 de dezembro de 2018, da controlada indireta Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. ("Inmagusa") contratou empréstimo de capital de giro em US\$ com o banco local com vencimento para abril de 2019, em 31 de dezembro o saldo é de R\$69.913.
- (xii) Em setembro de 2018, a controlada indireta Maxis Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo e capital de giro em rupia com taxa de MCLR (*Marginal Cost of funds based Lending rate*) + 0,15% a.a., sendo o saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 50.024. Os recursos deste empréstimo destinam-se ao financiamento dos investimentos da nova planta de rodas de alumínio na Índia.
- (xiii) Em setembro de 2018, a controlada indireta Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. ("Inmagusa") contratou empréstimo de capital de giro em pesos mexicanos com o banco local com vencimento para setembro de 2019, em 31 de dezembro o saldo é de R\$37.693.
- (xiv) Em 07 de junho de 2018, a controlada Iochpe-Maxis Austria GmbH contratou empréstimo de capital de giro, no montante de C55.000 mil com taxa de 1,15% a.a., e vencimento em 6 de junho de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desse empréstimo no consolidado era R\$244.306. O valor remanescente se refere a Maxis Wheels España S.L. com vencimento em julho de 2026.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.202.988	3.060.085
Captações	109.238	1.336.434
Provisão de juros e variação cambial	76.270	211.910
Passivo financeiro sobre debêntures conversíveis em ações - 6ª emissão	105.545	105.545
Passivo financeiro sobre debêntures simples com bônus de subscrição - 7ª emissão	4.281	4.281
Amortização do principal	(831.427)	(1.768.616)
Pagamento de juros	(96.446)	(220.333)
Custo a amortizar	-	(26.011)
Variação cambial na conversão	-	139.981
Saldo em 31 de dezembro de 2017	570.449	2.843.276
Captações	465.638	2.001.080
Provisão de juros e variação cambial	55.520	202.440
Passivo financeiro sobre debêntures conversíveis em ações - 6ª emissão	(105.545)	(105.545)
Passivo financeiro sobre debêntures simples com bônus de subscrição - 7ª emissão	(4.281)	(4.281)
Amortização do principal	(279.357)	(2.242.812)
Pagamento de juros	(47.797)	(173.932)
Custo a amortizar	(6.472)	(19.227)
Variação cambial na conversão	-	312.706
Saldo em 31 de dezembro de 2018	648.155	2.813.705

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas registradas no passivo não circulante possuem o seguinte prazo de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2020	10.964	450.408
2021	8.495	437.245
2022	225.507	530.920
2023	225.142	317.473
2024 em diante	2	1.510
Total	470.110	1.737.556

Os empréstimos de capital de giro denominados em moeda estrangeira mantidos pelas controladas do exterior são garantidos por avais da Companhia, no valor líquido de R\$595.489 (R\$452.922 em 31 de dezembro de 2017).

Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) debêntures conversíveis em ações de 6ª emissão - Instrução CVM nº 400 ("ICVM nº 400"); (ii) debêntures simples com bônus de subscrição de 7ª emissão - ICVM nº 400; (iii) debêntures simples de 8ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirografária, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizado em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Valor em 31/12/2018
7ª emissão	Simples com bônus de subscrição	397.732	30/04/2014	01/04/2019	100% CDI + 2% a.a.	155.769
8ª emissão	Simples	450.000	28/03/2018	26/03/2023	100% CDI + 1,4% a.a.	453.223

6ª emissão - debêntures conversíveis em ações - ICVM nº 400

Em 31 de janeiro, 26 de fevereiro e 28 de março de 2018, a Companhia aumentou o capital em R\$25.989, R\$46.478 e R\$57.671, respectivamente, através da conversão de 26.236, 46.919, e 58.218 debêntures da 6ª emissão, que eram conversíveis em ações. Em 28 de março de 2018, as debêntures da 6ª emissão conversíveis em ações - ICVM nº 400, foram integralmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia.

7ª emissão - debêntures simples com bônus de subscrição - ICVM nº 400

Os juros das debêntures serão pagos semestralmente no dia 1º dos meses de abril e outubro de cada ano e o principal, amortizado no vencimento.

Cada debênture deu o direito a 32 bônus de subscrição, que são títulos autônomos e desvinculados das debêntures que circularão independentemente e permanecerão válidas desde a data de emissão até a respectiva data de exercício ou 1º de abril de 2019, o que ocorrer primeiro. Cada bônus de subscrição dará o direito à subscrição de uma ação ordinária de emissão da Companhia, a qual poderá ser subscrita a qualquer tempo e a exclusivo critério dos debenturistas ao preço unitário fixo de R\$31,25.

Instrumento de dívida – debêntures	152.936
Custo da transação a amortizar	(227)
Juros incorridos acumulados	173.843
Juros pagos acumulados	(170.783)
Total	<u>155.769</u>

Na data-base 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas de condições das debêntures de 7ª emissão.

8ª emissão - debêntures simples - ICVM nº 476

- a) As debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura. Sobre o saldo devedor do valor nominal da 8ª emissão de debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do CDI acrescido de 1,40% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por dias úteis decorridos, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
- b) O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures, sem prejuízo do disposto na Escritura pela não observância do índice financeiro, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, resultante do quociente da divisão da dívida líquida pelo “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, calculado semestralmente, nas datas mencionadas, que deverá ser igual ou inferior a:
 - (i) 3,00 vezes, em 31 de dezembro de 2018.
 - (ii) 3,50 vezes, em 30 de junho e 31 de dezembro subsequentes.

Os contratos estão sujeitos às cláusulas restritivas (“Condições das Debêntures”) de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índice financeiro, tomando como base as demonstrações intermediárias consolidadas da Companhia, cujas avaliações são feitas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Na data-base 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas de “Condições das Debêntures”.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
No País	177.531	137.481	194.036	158.633
No exterior	3.009	3.121	1.122.861	897.658
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	4.667	3.094	6	8
Total	<u>185.207</u>	<u>143.696</u>	<u>1.316.903</u>	<u>1.056.299</u>

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda de controladas no exterior	60	60	56.961	94.270
ICMS	1.416	324	1.506	4.253
IPI	513	114	533	121
COFINS	16	33	225	298
CSLL	22	21	22	21
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.873	3.776	3.619	1.977
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a receita bruta	261	3.436	261	3.441
Outras	469	406	1.304	1.708
IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	41.943	20.966
Outros países	-	-	15.527	6.495
Total	6.630	8.170	121.901	133.550

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários	2.852	1.830	74.533	53.282
Encargos sociais	17.448	10.665	41.849	32.984
Férias	51.587	38.540	92.988	69.269
Participação nos resultados	38.040	24.264	118.901	96.401
Total	109.927	75.299	328.271	251.936

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões fiscais e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas pendentes e constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com os processos em curso, que são apresentadas a seguir juntamente com as movimentações durante o exercício:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	6.911	23.818	9.753	40.482	23.308	36.380	10.962	70.650
Adições	11.732	759	91	12.582	24.770	1.192	5.248	31.210
Pagamentos	(5.865)	-	-	(5.865)	(6.433)	(190)	-	(6.623)
Reversões	(1.185)	(245)	(127)	(1.557)	(4.012)	(1.282)	(131)	(5.425)
Atualizações	1.363	1.582	64	3.009	7.368	1.582	64	9.014
Reclassificações	(106)	88	18	-	(106)	88	18	-
Variação cambial	-	-	-	-	88	1.592	157	1.837
Saldo em 31/12/2017	12.850	26.002	9.799	48.651	44.983	39.362	16.318	100.663
Adições	11.640	8.578	2.024	22.242	26.606	10.060	2.045	38.711
Pagamentos	(5.690)	-	(7)	(5.697)	(14.386)	-	(2.703)	(17.089)
Reversões	(5.157)	(1.262)	-	(6.419)	(21.851)	(1.445)	(2.662)	(25.958)
Atualizações	1.490	1.570	187	3.247	4.192	2.016	351	6.559
Variação cambial	-	-	-	-	223	1.400	641	2.264
Saldo em 31/12/2018	15.133	34.888	12.003	62.024	39.767	51.393	13.990	105.150

A seguir estão resumidas as descrições dos principais processos com chance de perda provável ou possível em que a Companhia e suas controladas figuram como parte, de acordo com a sua natureza.

Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos de natureza trabalhista. Os principais temas abordados versam, dentre outros, sobre adicionais de periculosidade e insalubridade, reconhecimento de garantias de emprego, ações movidas contra terceiros/prestadores de serviços que visam a condenação solidária/subsidiária da Companhia e/ou de suas controladas, e ações indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalho típicos ou de doenças profissionais e ocupacionais, não existindo, no entanto, processos com valores de risco de perda individualmente relevantes.

Na controladora, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$68.483 (R\$46.839 em 31 de dezembro de 2017), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$15.133 (R\$12.850 em 31 de dezembro de 2017), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

No consolidado, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$217.005 (R\$193.299 em 31 de dezembro de 2017), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$39.767 (R\$44.983 em 31 de dezembro de 2017), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

Adicionalmente, a Companhia figura como parte em ação coletiva movida pelo sindicato que representa os trabalhadores das duas unidades da Companhia localizadas em Limeira, SP, tendo por pedido a condenação da Companhia (i) ao pagamento de adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, com reflexos trabalhistas, fiscais, previdenciários e fundiários, para empregados em determinadas funções, pelos últimos cinco anos; (ii) inscrição em folha de pagamento dos referidos adicionais para tais empregados no futuro; e (iii) honorários advocatícios sobre o valor da condenação. A ação coletiva é classificada como perda possível e está em fase inicial de instrução, não sendo possível estimar de maneira confiável o valor do passivo contingente.

Processos de natureza tributária

A seguir estão indicados os montantes provisionados referentes aos processos de natureza tributária em que a Companhia e suas controladas são partes e cuja chance de perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PIS/COFINS (a)	11.903	7.226	12.149	7.226
INSS (b)	14.623	13.502	14.623	13.502
IPI (c)	4.331	4.163	4.331	4.163
IR - "Corporate Income Tax" (d)	-	-	13.765	11.854
Outros	4.031	1.111	6.525	2.617
Total	<u>34.888</u>	<u>26.002</u>	<u>51.393</u>	<u>39.362</u>

Na controladora e no consolidado, os montantes provisionados referem-se principalmente a:

- (a) Discussões judiciais questionando a cobrança das contribuições sobre: (i) comissão de agentes paga ao exterior desde maio de 2005; e (ii) fretes sobre transferência entre filiais desde maio de 2008.
- (b) Discussão judicial relativa ao afastamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP no cálculo do Seguro de Acidente do Trabalho - SAT.

- (c) Discussão judicial para anulação de débito de IPI relativo a um processo administrativo de responsabilidade da Companhia.
- (d) Procedimento de fiscalização sobre imposto de renda e outros tributos conduzida por autoridades fiscais da Alemanha, envolvendo as controladas indiretas da Companhia nesse país, relativa ao período compreendido entre 2009 e 2011, na qual se questionam: (i) o montante de juros deduzidos fiscalmente relativos a nota promissória intragrupo; e (ii) o valor de avaliação de certos direitos que foram capitalizados na controlada em 2011.

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia figurava como parte em processos de natureza cível que envolvem contingência passiva; desses processos, o montante total de R\$12.003 (R\$9.799 em 31 de dezembro de 2017) foi avaliado pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável.

No consolidado, o montante total dos processos que envolvem contingência passiva com chance de perda provável era de R\$13.990 (R\$16.318 em 31 de dezembro de 2017).

Riscos classificados como perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em processos de natureza tributária e cível envolvendo contingência passiva que não estão provisionados, pois apresentam chance de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou remota. Em 31 de dezembro de 2018, no consolidado, esses processos, cuja chance de perda é classificada como possível, totalizam R\$385.314 (R\$400.445 em 31 de dezembro de 2017). Esses valores são relativos principalmente:

- a) Processo administrativo nº 3.127.787-1, de natureza tributária contra a Companhia, cujos temas versam sobre: (i) presunção de falta de emissão de documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (ii) presunção de recebimento de mercadorias sem documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (iii) aproveitamento de créditos de ICMS sobre aquisições de pessoas jurídicas do Simples; e (iv) entrega de arquivo digital (arquivo magnético SINTEGRA) em padrão ou forma não estabelecida na legislação. O item (i) do auto de infração anteriormente mencionado foi cancelado definitivamente na esfera administrativa, tendo sido apresentado pedido de retificação de julgado em face dos itens remanescentes, o qual aguarda julgamento interrompido por pedido de vista, sendo o montante total discutido classificado como de perda possível correspondente a R\$180.128.
- b) Autos de infração lavrados por autoridades fiscais da Espanha, relativos aos períodos compreendidos entre 2004 e 2009, processos nº 08/8972/2012 e nº 08/01138/2013, derivados de auditorias fiscais envolvendo as controladas Maxion Wheels Europe S.à.r.l. (anteriormente denominada HLI European Holdings ETVE, S.L.), Maxion Wheels España S.L. (anteriormente denominada Hayes Lemmerz Manresa, S.L.) e Hayes Lemmerz Barcelona, S.L., nos quais se questiona a dedutibilidade fiscal de juros relativos a empréstimos intragrupo realizados como parte de sua reestruturação corporativa e financeira; apresentada defesa administrativa, proferida decisão desfavorável em 1ª e 2ª instâncias administrativas, apresentado recurso para as cortes espanholas; aguarda-se decisão de 1ª instância judicial, cujo montante total discutido é de R\$34.955.
- c) Processo administrativo nº 16045.720014/2015-51, de natureza tributária contra a Companhia, referente à cobrança de IRPJ, acrescido de juros e multa de ofício de 75%, sob alegação de não quitação das estimativas mensais do ano-calendário 2011 - "Compensações Não Homologadas"; apresentada defesa administrativa, proferida decisão favorável em 1ª instância cancelando integralmente o débito, aguarda-se decisão de 2ª instância administrativa, sendo o montante total discutido classificado como perda possível de R\$21.327.

- d) Processos administrativos nº 16045.720012/2015-62 e nº 16045.720013/2015-15, que versam, respectivamente, sobre: (i) cobrança de IRPJ, sob a alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior, relativo ao ano-calendário 2011; e (ii) cobrança de CSLL, por reflexo do IRPJ exigido nos termos do item (i) anterior, ambos os tributos acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, bem como processos administrativos nº 10860.901849/2015-11 e nº 10860.901848/2015-76, que versam sobre glosa de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2012, em decorrência da alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior mencionada no subitem (i) acima; apresentadas defesas administrativas, aguarda-se decisão de 1ª instância administrativa, sendo o montante total discutido classificado como perda possível correspondente a R\$20.675.
- e) Processos administrativos nº 16048.720140/2017-48 e nº 16048.720.402/2017-74, que versam, respectivamente, sobre: (i) cobrança de IRPJ, sob a alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior, relativo ao ano-calendário 2012; e (ii) cobrança de CSLL, por reflexo do IRPJ exigido nos termos do item (i) anterior, ambos os tributos acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, mais multa isolada, apresentadas defesas administrativas, aguarda-se decisão de 1ª instância administrativa, sendo o montante total discutido classificado como perda possível correspondente a R\$ 59.443.
- f) Processos administrativos de natureza tributária relacionados à cobrança pela Receita Federal de multas isoladas pela não homologação de compensações, com fundamento no artigo 74, parágrafo 17 da lei 9430/1996 e Instrução Normativa 1675 de 2016; apresentadas defesas administrativas, aguarda-se decisão de 1ª instância, sendo o montante total discutido de R\$ 10.659.

Depósitos judiciais vinculados à provisão - consolidado

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas relacionados a quantias depositadas para discussão judicial em processos que apresentam chance de perda classificada como provável, as quais serão mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Em 31 de dezembro de 2018, somam R\$35.785 (R\$25.653 em 31 de dezembro de 2017).

19. PASSIVO ATUARIAL DE PLANO DE PENSÃO

a) Contribuição definida - Plano de suplementação de aposentadoria

Controladora

A Companhia patrocina desde 1º de agosto de 2004 um plano aberto de previdência complementar mantido pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. que oferece planos de suplementação de aposentadoria, pecúlio e auxílio-doença. Em 31 de dezembro de 2018, participam desse plano 4.680 colaboradores da Companhia (3.872 em 31 de dezembro de 2017). As contribuições efetuadas pela Companhia totalizaram R\$2.261 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.042 em 31 de dezembro de 2017).

Maxion Wheels

A controlada indireta Maxion Wheels patrocina um plano de suplementação de aposentadoria, cobrindo substancialmente todos os colaboradores das unidades localizadas nos Estados Unidos da América. A contribuição da controlada totalizou R\$3.397 em 31 de dezembro de 2018 (R\$3.033 em 31 de dezembro de 2017).

b) Benefício definido - Plano de suplementação de aposentadoria e assistência médica pós-emprego - Consolidado

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Maxion Wheels, patrocina determinados planos de pensão de benefício definido e planos de assistência médica pós-emprego, bem como seguros de vida. A controlada suporta os benefícios de pensão com base nos requerimentos de fundo das leis internacionais e dos regulamentos dos referidos planos, com antecedência do pagamento dos benefícios. Também suporta outros benefícios à medida que são disponibilizados aos colaboradores.

Movimentação no valor presente do benefício definido

Obrigações do benefício definido	31/12/2018					31/12/2017				
	Plano de benefício definido					Plano de benefício definido				
	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total
Obrigações assumidas no início do exercício	(363.421)	(28.159)	(4.018)	(52.495)	(448.093)	(339.610)	(24.327)	(3.069)	(40.077)	(407.083)
Benefícios pagos pelo plano	25.818	1.859	-	4.287	31.964	21.756	1.532	-	5.043	28.331
Custo do serviço correntes e juros	(8.631)	(633)	(704)	(7.243)	(17.211)	(6.810)	(521)	(522)	(7.390)	(15.243)
Efeito de mudança de premissas financeiras	(16.287)	4.807	733	(6.332)	(17.079)	8.689	(675)	-	(5.391)	2.623
Efeito de ajuste de experiência	4.011	(251)	(163)	(4.696)	(1.099)	3.568	(387)	(245)	(3.741)	(805)
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	(43.659)	(3.545)	(735)	1.765	(46.174)	(51.014)	(3.781)	(182)	(939)	(55.916)
Obrigações do benefício definido no fim do exercício	<u>(402.169)</u>	<u>(25.922)</u>	<u>(4.887)</u>	<u>(64.714)</u>	<u>(497.692)</u>	<u>(363.421)</u>	<u>(28.159)</u>	<u>(4.018)</u>	<u>(52.495)</u>	<u>(448.093)</u>
Valor justo dos ativos do plano	31/12/2018					31/12/2017				
	Plano de benefício definido					Plano de benefício definido				
	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total
Ativos do plano no início do exercício	1.434	20.656	844	3.922	26.856	1.251	18.393	746	3.536	23.926
Receita financeira	27	327	74	303	731	19	281	62	267	629
Contribuições pagas aos planos	24.286	497	-	4.162	28.945	21.702	548	-	4.906	27.156
Benefícios pagos pelos planos	(25.818)	(1.859)	-	(4.287)	(31.964)	(21.756)	(1.532)	-	(5.043)	(28.331)
Retorno esperado dos ativos dos planos	25	(2.988)	(9)	264	(2.708)	25	149	(12)	(42)	120
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	1.638	2.439	149	553	4.779	193	2.817	48	298	3.356
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	<u>1.592</u>	<u>19.072</u>	<u>1.058</u>	<u>4.917</u>	<u>26.639</u>	<u>1.434</u>	<u>20.656</u>	<u>844</u>	<u>3.922</u>	<u>26.856</u>
Total do passivo não circulante	<u>(400.577)</u>	<u>(6.850)</u>	<u>(3.829)</u>	<u>(59.797)</u>	<u>(471.053)</u>	<u>(361.987)</u>	<u>(7.503)</u>	<u>(3.174)</u>	<u>(48.573)</u>	<u>(421.237)</u>
Custo líquido do benefício	31/12/2018					31/12/2017				
	Plano de benefício definido					Plano de benefício definido				
	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total	Alemanha	Espanha	México	Outros	Total
Custo do serviço	(1.883)	(187)	(352)	(3.085)	(5.507)	(1.556)	(149)	(267)	(3.877)	(5.849)
Custo financeiro	(6.748)	(446)	(352)	(4.158)	(11.704)	(5.254)	(372)	(255)	(3.513)	(9.394)
Custo líquido do benefício	<u>(8.631)</u>	<u>(633)</u>	<u>(704)</u>	<u>(7.243)</u>	<u>(17.211)</u>	<u>(6.810)</u>	<u>(521)</u>	<u>(522)</u>	<u>(7.390)</u>	<u>(15.243)</u>

As premissas atuariais utilizadas para determinar o cálculo do custo e das obrigações foram as seguintes:

Média ponderada das premissas utilizadas	Pensão	Outros planos
Taxa de desconto - internacional	2,46%	8,75%
Taxa de aumento de salário - internacional	2,88%	5,00%
Taxa de aumento de inflação - internacional	2,21%	4,44%

A taxa de desconto foi calculada usando taxas de juros pontuais com aumento de meio ponto percentual para cada um dos próximos 30 anos e foi desenvolvida com base na informação de preço e rendimento para empresas de primeira linha, com prazo de vencimento entre 12 meses e 30 anos.

Análise de sensibilidade das obrigações

Em 31 de dezembro de 2018, mudanças nas taxas de desconto utilizadas para valorizar as obrigações de benefícios gerariam os seguintes impactos nas obrigações do plano de benefício definido e na duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos), conforme a seguir:

	Pensão	Outros planos
Cenário considerando uma redução na taxa de 50 "basis point" a:	1,08%	9,51%
Aumento na obrigação de benefício definido	24.150	3.948
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	11	13
Cenário considerando um aumento na taxa de 50 "basis point" a:	2,08%	10,51%
Redução na obrigação de benefício definido	22.765	3.705
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	11	13

Para desenvolver a premissa da expectativa de taxa de retorno de longo prazo dos ativos, foram considerados o retorno histórico e as expectativas futuras de retorno para cada classe de ativo, bem como o objetivo de alocação dos ativos do portfólio do plano de pensão.

Contribuições pagas aos planos

A controlada indireta Maxion Wheels contribuiu aos planos de benefício definido com R\$24.783 em 31 de dezembro de 2018 (R\$21.920 em 31 de dezembro de 2017).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital integralizado é de R\$1.407.536 (R\$1.277.398 em 31 de dezembro de 2017) e está dividido em 150.574.876 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (140.327.782 em 31 de dezembro de 2017).

Em adição às 150.574.876 ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 20.288.496 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a emissão de novas ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará a quantidade de ações emitidas, o prazo de emissão e as condições de integralização.

A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de compra de ações de sua emissão a seus administradores, colaboradores ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de janeiro, 26 de fevereiro e 28 de março de 2018, a Companhia aumentou o capital em R\$25.989, R\$46.478 e R\$57.671, respectivamente, através da conversão de 26.236, 46.919 e 58.218 debêntures da 6ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações ao preço de conversão de R\$12,70 por ação.

Em 30 de setembro de 2018, há um saldo remanescente de 1.948.887 bônus de subscrição, que foram emitidos em 1º de abril de 2014 como vantagem adicional aos subscritores das debêntures simples da 7ª emissão da Companhia, sendo que cada bônus de subscrição dá direito ao seu titular de subscrever uma nova ação de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$31,25 por ação, a qualquer tempo até 1º de abril de 2019.

b) Reserva estatutária de investimento e de capital de giro

Tem por finalidade assegurar investimentos produtivos e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto. Será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido, que terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

c) Destinação do lucro líquido

O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 37% para a distribuição, como dividendos obrigatórios; e (iii) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

Em 15 de março de 2018, foram pagos os dividendos referentes ao exercício de 2017 e os dividendos intermediários no montante de R\$5.195 e R\$31.051, respectivamente.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	201.325	6.403
Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos	12.546	7.637
Total a distribuir	213.871	14.040
(-) Reserva legal (5%)	(10.694)	(702)
Destinação do lucro:		
Dividendos mínimos obrigatórios - 37%	79.132	(5.195)
(-) Juros sobre o capital aprovado pelo Conselho de Administração	(79.132)	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	(124.045)	(8.143)

Em 11 de junho, 12 de setembro e 3 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio ("JSCP") no montante bruto de R\$ 35.621, R\$ 34.482 e R\$ 38.594, equivalente a R\$ 0,2385058, R\$ 0,23087945 e R\$ 0,25841197 por ação ordinária, correspondente ao valor líquido de R\$ 32.329, R\$ 31.362 e R\$ 35.294, ou R\$ 0,2164619, R\$ 0,2099859 e R\$ 0,2363142 por ação ordinária, já deduzido o IRRF, respectivamente.

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração nas referidas datas, os JSCP serão imputados ao dividendo obrigatório referente ao exercício social de 2018 nos termos do artigo 44 do estatuto social da Companhia. O montante remanescente de JSCP, já deduzido o IRRF, é de R\$19.853, também aprovado pelo Conselho de Administração foi apropriado à conta de reserva de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

O pagamento do JSCP será realizado até 31 de março de 2019, sendo que o valor dos referidos juros não sofrerá atualização monetária alguma.

d) Opções outorgadas reconhecidas

Pagamentos baseados em ações: referem-se ao resultado registrado com o plano de opções de compra de ações dos planos 2015, 2014, 2012 e 2011 deduzidas do exercício das opções elegíveis. Em 31 de dezembro de 2018, o total de ações canceladas é de 27.924 (48.834 opções em 31 de dezembro de 2017).

e) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 1.224.208 ações ordinárias destinadas ao atendimento dos planos de outorga de opções no montante de R\$26.022 (R\$12.880 em 31 de dezembro de 2017), como compromisso de plano de opções de compra de ações e programa de incentivo de longo prazo.

O valor de mercado dessas ações ordinárias mantidas em tesouraria correspondia ao total de R\$29.148, representado pela cotação de 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$23,81 por ação.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes à época da adoção inicial dos CPCs e IFRSs. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários. A "outros resultados abrangentes" é alocada variação cambial sobre investimentos no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia.

g) Reserva legal

Constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

h) Reserva de capital

Constituída em decorrência da execução da opção de conversão da 6ª emissão das debentures convertidas em ações, bem como os efeitos de correção do balanço em virtude de investimentos efetuados em países de economia hiperinflacionária.

21. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 1º de dezembro de 2009, aprovou o plano de outorga de opções de compra de ações para administradores da Companhia, estando as condições individuais de cada beneficiário descritas nesse plano.

O beneficiário deverá ter destinado parte da gratificação anual paga pela Companhia, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("participação nos resultados"), a fim de adquirir, em Bolsa de valores, ações de emissão da Companhia ("ações próprias"). Para tais fins, o beneficiário deverá destinar a participação nos resultados, a fim de comprometê-lo nos percentuais definidos de 75%, 50% ou 25%. O percentual eleito pelo beneficiário para aquisição de ações próprias determinará o número de opções que o beneficiário terá direito a exercer. Caso o beneficiário deixe de destinar qualquer percentual da participação nos resultados à aquisição de ações próprias, não lhe será outorgada nenhuma opção.

O percentual de comprometimento da participação nos resultados para aquisição de ações próprias deverá ser definido e, consequentemente, comprovado pelo beneficiário à Companhia, mediante a apresentação da respectiva nota de corretagem até cinco dias após o fim do prazo para aquisição de ações próprias. O prazo para aquisição de ações próprias terá início no dia subsequente ao dia em que a Companhia informar aos beneficiários o preço de exercício e terá a duração de 15 dias corridos. Decorrido o prazo estabelecido, o Conselho definirá o número de opções outorgadas a cada beneficiário, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$O = (B \cdot M) / P$$

Em que:

O = número de opções outorgadas ao beneficiário.

B = valor, em reais, da participação nos resultados destinado pelo beneficiário à aquisição de ações próprias.

M = múltiplo sobre o valor da participação nos resultados destinado à aquisição de ações próprias, definido conforme as especificações a seguir.

P = preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA, imediatamente subsequentes ao término do prazo.

O múltiplo "M" mencionado anteriormente terá um valor numérico fixo para cada beneficiário, que será o seguinte:

- a) Se o beneficiário tiver destinado 75% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 2,0.
- b) Se o beneficiário tiver destinado 50% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,5.
- c) Se o beneficiário tiver destinado 25% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,0.

A Companhia celebrará com o beneficiário, na data da definição das outorgas, o respectivo Contrato de Outorga de Opção de Ações, disciplinando os termos e as condições da outorga.

O preço de exercício das opções será equivalente ao preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA imediatamente antecedentes ao início do prazo de aquisição das ações próprias.

O preço de exercício das opções será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, desde a data de início de cada programa até a data de exercício das respectivas opções.

Exercício das opções - as opções serão divididas em três lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em dois, três e quatro anos contados da data de cada programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada lote anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, em uma única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e extintivo de três anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de dez dias. Após o decurso desse prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito à indenização.

Nos programas de compra de ações de 2012 e de 2014, foram outorgadas 62.285 e 27.581 opções pelo preço de exercício de R\$32,13 e R\$23,34, respectivamente.

De acordo com as regras do Plano, em 2013 não foi estabelecido o Programa de Opção de Compra de Ações.

No quinto programa, constituído em 2015, o Conselho de Administração nos termos da cláusula 3.2.1 do Plano, modificado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 9 de maio de 2014, decidiu outorgar aos executivos um número de opções equivalente a 25% da sua participação nos resultados de 2014, sem a contrapartida de aquisição em Bolsa de Valores de ações próprias. Os executivos que decidiram investir os percentuais de sua participação nos resultados de 2014, na forma prevista dos planos anteriores, além dos 25% mencionados, receberão opções adicionais, conforme as regras do Plano.

No quinto programa de ações, foram outorgadas 50.393 opções pelo preço de exercício de R\$10,38.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações em circulação e os seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Preço médio de exercício por opção - R\$	Opções em circulação	Preço médio de exercício por opção - R\$	Opções em circulação
Saldo no início do exercício	24,80	98.803	24,03	148.678
Exercidas	12,68	(12.960)	12,00	(1.041)
Canceladas	33,73	(27.924)	27,47	(48.834)
Saldo no fim do exercício	26,52	57.919	24,80	98.803

Das 57.919 opções em circulação em 31 de dezembro de 2018 (98.803 em 31 de dezembro de 2017), 28.800 opções (39.713 opções em 31 de dezembro de 2017) são exercíveis.

Em 31 de dezembro de 2018, o preço de mercado das ações da Companhia era de R\$23,81 (R\$23,00 em 31 de dezembro de 2017).

As opções foram mensuradas ao valor justo na data da outorga. A média ponderada do valor justo das opções em 31 de dezembro de 2018 é de R\$6,41 (R\$6,78 em 31 de dezembro de 2017).

As opções foram precificadas com base no modelo "Black & Scholes", e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas foram os seguintes:

- Volatilidade de 41,65% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação considerando os preços de vencimento.
- Vida esperada da opção correspondente entre um e cinco anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 6,41%, 6,51%, 6,91%, 7,51%, e 8,01%, para um, dois, três, quatro e cinco anos, respectivamente.

22. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO

Em abril de 2016, 2017 e 2018, o Conselho de Administração aprovou os planos de incentivo de longo prazo referente aos resultados de 2016 a 2019 ("Programa 2016"), aos resultados de 2017 a 2020 ("Programa 2017") e aos resultados de 2018 a 2021 ("Programa 2018"), respectivamente, os quais têm por objetivo: (i) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos administradores e empregados da Companhia; e (ii) alinhar a remuneração e benefícios outorgados a determinados administradores e empregados da Companhia com a performance das ações de emissão da Companhia nas bolsas de valores e com a performance econômico-financeira da Companhia.

Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo, os beneficiários do Programa 2016, 2017 e 2018 farão jus a prêmios em dinheiro referenciados (i) no valor das ações da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return On Invested Capital" ou "ROIC"). O recebimento dos prêmios denomina-se "Restricted Stock Unit", no primeiro caso, e "Performance Share", no segundo caso. Cada unidade outorgada, no valor de R\$14,26, R\$15,93 e R\$22,64, para o Programa de 2016, 2017 e 2018, respectivamente, equivale ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) dos 20 (vinte) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) anteriores à data de outorga em abril de 2016, 2017 e 2018.

Os RSUs serão liquidados em 3 tranches, sendo que cada RSU será equivalente ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) dos 10 (dez) pregões antecedentes à data de liquidação, e as PSs de 2016, 2017 e 2018 serão liquidadas somente se o ROIC médio da Companhia apurado entre 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, entre 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2020 e entre 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2021, respectivamente, for atendido de acordo com os índices estipulados pelo Conselho de Administração para cada Programa. As datas de liquidação de cada programa são conforme segue:

Programa	Tranche	Vencimento	RSUs e PSs em circulação
RSU - 2016	33,3%	27/04/2019	67.662
RSU - 2016	33,3%	27/04/2020	67.662
PS - 2016	100%	27/04/2020	229.703
RSU - 2017	33,4%	26/04/2019	64.259
RSU - 2017	33,3%	26/04/2020	64.067
RSU - 2017	33,3%	26/04/2021	64.067
PS - 2017	100%	26/04/2021	192.393
RSU - 2018	33,4%	26/04/2020	54.561
RSU - 2018	33,3%	26/04/2021	54.398
RSU - 2018	33,3%	26/04/2022	54.398
PS - 2018	100%	26/04/2023	163.357

Em 31 de dezembro de 2018, o montante total provisionado na controladora é de R\$1.490 e R\$2.910 (R\$720 e R\$1.759 em 2017) e no consolidado é de R\$3.098 e R\$6.326 (R\$1.748 e R\$4.088 em 2017) registrados nas rubricas "Outras obrigações", no passivo circulante e não circulante, respectivamente. As ações em tesouraria para fins de utilização dos recursos para o pagamento dos Programas 2016, 2017 e 2018 estão demonstradas na nota explicativa nº 20.e).

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.835	19.121	2.565	25.318
Variação do valor justo do passivo financeiro das debêntures	-	13.016	-	13.016
Receita com juros - plano de pensão	-	-	731	629
Ganho de crédito fiscal	-	6.920	-	6.920
Descontos obtidos e juros ativos	104	98	106	102
Ganho financeiro sobre processos judiciais	2.343	-	2.343	-
Atualização monetária dos depósitos judiciais	2.936	2.473	3.082	2.698
Outras	1.968	542	6.011	6.477
Total	13.186	42.170	14.838	55.160

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras:				
Juros passivos e encargos financeiros	(52.065)	(74.066)	(171.703)	(200.809)
Variação do valor justo do passivo financeiro das debêntures	-	(134.276)	-	(134.276)
Juros do plano de pensão	-	-	(11.704)	(9.394)
Atualização monetária das provisões para riscos	(3.247)	(3.009)	(6.559)	(9.014)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2.837)	(2.713)	(2.837)	(2.959)
Custo amortizado das emissões das debêntures	(2.466)	(3.247)	(2.466)	(3.247)
Despesas bancárias	(2.762)	(7.011)	(29.047)	(28.578)
Outras	(10.867)	(3.080)	(15.098)	(6.347)
Total	(74.244)	(227.402)	(239.414)	(394.624)

24. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes	5.244	129	(18.929)	(15.858)
Empréstimos e financiamentos	(1.484)	(5.241)	(9.541)	(9.870)
Fornecedores	325	(37)	46.418	15.576
Aplicação financeira	-	-	(8.678)	(7.021)
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.234	391	3.822
Outras	(1.730)	895	(5.904)	5.607
Total	2.355	980	3.757	(7.744)

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de venda de bens	2.751.067	2.130.640	10.338.882	8.051.025
Deduções da receita:				
Impostos sobre vendas	(560.606)	(450.955)	(665.111)	(541.569)
Abatimentos, devoluções e cancelamentos	(11.787)	(8.954)	(57.472)	(21.516)
Receita líquida de vendas	2.178.674	1.670.731	9.616.299	7.487.940

26. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Matéria-prima	(1.014.646)	(792.347)	(5.046.946)	(3.869.157)
Salários e benefícios	(599.265)	(478.362)	(1.782.562)	(1.428.205)
Materiais/manutenção	(105.567)	(76.915)	(619.972)	(502.978)
Energia elétrica	(46.738)	(41.975)	(318.378)	(243.593)
Depreciação e amortização	(59.428)	(52.334)	(355.575)	(301.997)
Serviços prestados por terceiros	(62.495)	(53.995)	(224.926)	(180.715)
Fretes	(38.782)	(29.922)	(193.671)	(149.199)
Honorários da Administração	(17.116)	(14.402)	(17.116)	(14.402)
Locomoção/comunicação	(19.495)	(14.929)	(60.105)	(48.350)
Outros custos e despesas	(41.393)	(30.168)	(248.359)	(155.331)
Total	(2.004.925)	(1.585.349)	(8.867.610)	(6.893.927)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados (*)	(1.873.761)	(1.453.056)	(8.298.023)	(6.332.962)
Despesas com vendas (*)	(12.447)	(38.302)	(75.359)	(162.157)
Despesas gerais e administrativas	(101.601)	(79.589)	(477.112)	(384.406)
Honorários da Administração (nota explicativa nº 10)	(17.116)	(14.402)	(17.116)	(14.402)
Total	(2.004.925)	(1.585.349)	(8.867.610)	(6.893.927)

(*)Parte das vendas da Companhia são realizadas nas modalidades do Incoterms conhecidas como Cost and Freight ("CFR") e Cost, Insurance and Freight ("CIF"), na qual a Companhia é responsável pelo serviço de frete para a transferência de controle do produto ao cliente. De acordo com a IFRS 15, os fretes associados à prestação de serviço nessas modalidades devem ser considerados como uma obrigação de performance separada na qual uma proporção do preço da transação seria alocada e reconhecida conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo. Em 31 de dezembro de 2017, caso esses custos com fretes tivessem sido representados como custo dos produtos vendidos, os montantes seriam de R\$ 25.968 e R\$ 115.193 na controladora e consolidado, respectivamente.

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ganho (perda) na venda de ativos	(5.453)	(421)	(1.498)	2.266
Despesas com reestruturação	-	-	(2.470)	(20.633)
Acordo judicial	-	-	-	(23.216)
Ganho (Perda) na valorização da opção de compra de participação acionária - Índia	-	-	2.038	(4.387)
Valor justo das opções de compra concedidas a AmstedMaxionFundição (a)	5.214	(13.458)	5.214	(13.458)
Despesas com aluguel da unidade de Guarulhos - SP	-	-	(10.970)	(10.970)
Outras despesas operacionais	(19.949)	(8.638)	(25.053)	(7.102)
Total	(20.188)	(22.517)	(32.739)	(77.500)

(a) Refere-se ao valor justo das opções outorgadas aos acionistas da controlada em conjunto AmstedMaxionFundição, conforme divulgado na nota explicativa nº11 item b) (iv).

28. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. Esses instrumentos estão representados por aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures, e mútuos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pelo Conselho de Administração, por meio do Comitê Financeiro.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros, com o objetivo de proteção, também é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que se pretende proteger. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco.

O Conselho de Administração da Companhia acompanha como a Administração monitora a aderência às políticas e aos procedimentos de administração de risco e revisa a adequação do modelo de administração de risco em relação aos riscos aceitos pela Companhia e por suas controladas.

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

		Controladora			
		31/12/2018		31/12/2017	
	Nota explicativa	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativo:					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	66.788	-	121.040
Contas a receber de clientes	6	286.183	-	254.116	-
Mútuo	10	32.612	-	31.961	-
Derivativo da opção de compra	11	-	8.244	-	13.458
Total		318.795	75.032	286.077	134.498
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos	14	39.163	-	171.467	-
Debêntures	14	608.992	-	289.156	-
Passivos financeiros	14	-	-	-	109.826
Fornecedores	15	185.207	-	143.696	-
Total		833.362	-	604.319	109.826
		Consolidado			
		31/12/2018		31/12/2017	
	Nota explicativa	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativo:					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	486.903	-	543.331
Contas a receber de clientes	6	1.253.826	-	1.064.916	-
Mútuo	10	32.612	-	31.961	-
Derivativo da opção de compra	11	-	8.244	-	13.458
Total		1.286.438	495.147	1.096.877	556.789
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos	14	2.204.713	-	2.444.294	-
Debêntures	14	608.992	-	289.156	-
Passivos financeiros	14	-	-	-	109.826
Fornecedores	15	1.316.903	-	1.056.299	-
Total		4.130.608	-	3.789.749	109.826

b) Valores justos

No caso da Companhia e de suas controladas, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos aos de mercado.

A comparação entre o valor justo e o custo amortizado dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
2.204.713	2.188.522

c) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.

No que tange aos créditos com clientes, a Companhia entende que, pelo fato de existir: (i) forte análise de crédito; (ii) acompanhamento permanente dos saldos em aberto; e (iii) os clientes serem representados por grandes montadoras com boa classificação de risco, o risco de crédito é controlado.

A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, conforme informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, administrado pela Diretoria Financeira Corporativa. A Companhia investe sua liquidez de acordo com a sua gestão de risco financeiro, em aplicações com liquidez menor que 90 dias, por meio de depósitos em instituições financeiras.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas

controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2018					
	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	185.207	-	-	1.316.903	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	223.037	48.351	531.998	1.207.335	537.592	1.391.807
Total	408.244	48.351	531.998	2.524.238	537.592	1.391.807

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas estarem sujeitas aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas têm investimentos em controladas diretas e indiretas no exterior e fluxos operacionais de compra e venda em outras moedas. A Companhia e suas controladas possuem política específica para a contratação de operações de "hedge" para mitigar esses riscos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo:				
Contas a receber de clientes (i)	4.873	9.073	984.351	804.184
Partes relacionadas no exterior	51.038	20.510	20.540	2.059
Total do ativo	55.911	29.583	1.004.891	806.243
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii)	9.724	10.628	2.170.776	2.277.756
Fornecedores (iii)	3.009	3.121	1.122.861	897.658
Partes relacionadas no exterior	4.565	3.086	-	-
Total do passivo	17.298	16.835	3.293.637	3.175.414
Exposição líquida	38.613	12.748	(2.288.746)	(2.369.171)
(-) Controladas no exterior com moeda funcional local	-	-	2.295.820	2.361.966
(+) Posição ativa "swap"	-	-	-	-
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	38.613	12.748	7.074	(7.205)

- (i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2018, 78,5% (75,5% em 31 de dezembro de 2017) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, euros e yuans.
- (ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2018, 77,2% (80,1% em 31 de dezembro de 2017) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local das controladas localizadas no exterior, denominados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.
- (iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2018, 85,3% (85,0% em 31 de dezembro de 2017) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, euros e yuans.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira.

Risco de concentração

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 65% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e do alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensá-lo, a margem operacional será reduzida.

Análise de sensibilidade - consolidado

Os instrumentos financeiros, incluindo, quando aplicável, os instrumentos derivativos, estão expostos às variações em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP) e taxa do CDI. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis que foram consideradas pela Administração da Companhia são apresentadas a seguir:

i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionaram três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por elas detidos: (1) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real; (2) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (TJLP), (IPCA), (CDI) e (LIBOR); e (3) taxa de remuneração das aplicações financeiras (CDI).

ii) Seleção dos cenários

Foram considerados três cenários para análise de sensibilidade de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. A CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2018.

O cenário provável considerado pela Companhia é o cenário real da cotação do dólar norte-americano/real, TJLP, CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 31 de dezembro de 2018. Para tanto, foram consultados o "site" do Banco Central do Brasil - BACEN como fonte de dados para a cotação do dólar norte-americano/real, o "site" do BNDES para a TJLP, o "site" da CETIP S.A. - Mercados Organizados para a taxa do CDI, o "site" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o IPCA e o portal Bloomberg para a LIBOR.

Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2018, conforme demonstrado no quadro de exposição cambial do item "Risco de taxas de câmbio", foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e, por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda que afete o fluxo de caixa dessas controladas.

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2018, a análise de sensibilidade

quanto à posição em aberto é como segue:

<u>Risco da Companhia</u>	<u>Cenário possível</u>	<u>Cenário remoto</u>
Redução da cotação do dólar norte-americano	1.768	3.537

O cenário possível considera uma valorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018 de R\$3,8748/US\$1,00 (R\$2,9061/US\$1,00), e o cenário remoto, uma valorização de 50% (R\$1,9374 /US\$1,00).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$1.768 e R\$3.537 nos cenários possível e remoto, respectivamente.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros - risco da Companhia de aumento da taxa de juros

<u>Empréstimos e financiamentos - TJLP e cestas de moedas</u>	<u>Cenários</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>
TJLP em 31 de dezembro de 2018	6,98%	8,73%	10,47%
Financiamentos indexados - TJLP - R\$22.376			
Despesa financeira estimada	1.562	1.953	2.343
Efeito - perda		(392)	(781)
<u>Empréstimos e financiamentos - IPCA</u>	<u>Cenários</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>
IPCA em 31 de dezembro de 2018	3,75%	4,69%	5,63%
Financiamentos indexados - IPCA - R\$3.021			
Despesa financeira estimada	113	142	170
Efeito - perda		(28)	(57)
<u>Empréstimos e financiamentos - LIBOR 2 meses</u>	<u>Cenários</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>
LIBOR em 31 de dezembro de 2018	2,61%	3,27%	3,92%
Empréstimo indexado - LIBOR 3 meses - R\$69.913:			
Despesa financeira estimada	1.827	2.286	2.741
Efeito - perda		(459)	(913)

Empréstimos e financiamentos – LIBOR 3 meses	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
LIBOR em 31 de dezembro de 2018	2,81%	3,51%	4,21%
Empréstimo indexado – LIBOR 3 meses – R\$159.553:			
Despesa financeira estimada	4.480	5.600	6.717
Efeito - perda		(1.121)	(2.238)
Empréstimos e financiamentos – LIBOR 6 meses	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
LIBOR em 31 de dezembro de 2018	2,88%	3,59%	4,31%
Empréstimo indexado – LIBOR 6 meses – R\$926.721:			
Despesa financeira estimada	26.649	33.269	39.942
Efeito - perda		(6.620)	(13.293)
Debêntures - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2018	6,40%	8,00%	9,60%
Debêntures indexadas - 100% do CDI - R\$603.225:			
Despesa financeira estimada	38.606	48.258	57.910
Efeito - perda		(9.652)	(19.303)

Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras - risco da Companhia em caso de redução da taxa de juros

Aplicações financeiras - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI - R\$ em 31 de dezembro de 2018	6,17%	4,63%	3,09%
Aplicações financeiras – 96,6% do CDI - R\$54.977:			
Receita financeira estimada	3.392	2.545	1.699
Efeito - perda		(847)	(1.693)

29. GESTÃO DE CAPITAL

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do “Weighted Average Cost of Capital - WACC” (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	648.155	570.449	2.813.705	2.843.276
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(66.788)	(121.040)	(486.903)	(543.331)
Dívida líquida	581.367	449.409	2.326.802	2.299.945
Total do patrimônio líquido	2.921.950	2.387.853	3.198.527	2.630.505
Relação dívida líquida sobre patrimônio	20%	19%	73%	87%

30. COMPROMISSOS ASSUMIDOS - ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamentos, no montante de R\$100.393, por períodos variáveis entre 2019 e 2032, com cláusula de renovação automática. A expectativa é de que parte desses contratos continuem sendo renovados.

Ano	Valor
2019	45.008
2020	29.471
2021	14.897
2022	5.019
2023 em diante	5.998

Os gastos com esses contratos de aluguel no consolidado foram de R\$ 31.266 (R\$27.080 em dezembro de 2017).

Tais arrendamentos possuem cláusulas restritivas de praxe, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, com as quais, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes, fazendo com que nenhum dos contratos de aluguel vigentes estivesse sendo caracterizado, naquela data, como contrato oneroso pela Administração. Adicionalmente, nenhum pagamento considerado como "contingente" havia sido efetuado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não mantêm outros compromissos de longo prazo com terceiros.

31. RESULTADO POR AÇÃO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Denominador:		
Média ponderada da quantidade de ações	149.704.575	129.303.790
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	<u>(1.124.119)</u>	<u>(569.125)</u>
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	148.580.456	128.734.665
Numerador - básico:		
Lucro líquido do exercício - R\$	<u>201.325.482</u>	<u>6.402.613</u>
Lucro líquido do exercício por ação básico - R\$	<u>1,35499</u>	<u>0,04973</u>
Denominador - diluído:		
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	148.580.456	128.734.665
Quantidade de ações - ref. ao plano de outorga de opção de compra de ações	<u>52.887</u>	<u>59.182</u>
Média ponderada da quantidade de ações	148.633.343	128.793.847
Numerador - diluído:		
Lucro líquido do exercício	<u>201.325.482</u>	<u>6.402.613</u>
Lucro líquido do exercício por ação diluído - R\$	<u>1,35451</u>	<u>0,04971</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o instrumento financeiro provenientes da 7ª emissão de debêntures com subscrição de bônus não foram considerados no cálculo do resultado por ação diluído por terem o impacto antidilutivo.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Presidente.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento (automotivo), tendo uma estrutura de gestão matricial em que somente as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em níveis mais detalhados, uma vez que os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e por suas controladas são divididos entre as divisões Maxion Wheels e Maxion Structural Components.

A receita líquida está representada da seguinte forma para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Receita líquida	Participação	Receita líquida	Participação
Operações na América do Sul - Brasil	2.369.451	24,5%	1.831.326	24,5%
Operações internacionais:				
América do Norte	2.812.052	29,7%	2.127.084	28,4%
Europa	3.512.939	36,3%	2.872.248	38,3%
Outros	921.857	9,5%	657.282	8,8%
Total	<u>9.616.299</u>	<u>100,0%</u>	<u>7.487.940</u>	<u>100,0%</u>

33. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do seu estoque, imobilizado e responsabilidade civil, entre outros. Os valores de cobertura de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

Bens segurados	Cobertura	Montante da cobertura
Estoque e imobilizado	Incêndio, raio, explosão, vendaval e quebra de máquinas, entre outros	2.078.600
Garantia	Garantias judiciais, tradicionais e aduaneiras	9.284
Transporte de cargas	Risco rodoviário e responsabilidade civil do transportador de cargas e risco de transporte durante importações e exportações	77.027
Responsabilidade civil e profissional	Reclamações de terceiros, crimes	778.132

34. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aumento de capital mediante dação em pagamentos das debentures da 7ª emissão, exercício de bônus de subscrição e conversões de debentures da 6ª emissão	<u>130.138</u>	<u>217.646</u>	<u>130.138</u>	<u>217.646</u>
Aquisições de bens do ativo imobilizado a pagar, registrados na rubrica "Fornecedores"	<u>5.652</u>	<u>3.397</u>	<u>45.649</u>	<u>10.062</u>

35. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS DIRETORES

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e com o respectivo relatório do auditor independente, assim como para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 727/14, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de fevereiro de 2019, a Companhia concretizou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações (ICVM 476), no valor total de R\$450.000, distribuídas em duas séries, sendo a primeira série com prazo de vencimento de cinco anos, vencendo-se em 11 de fevereiro de 2024, e fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,75% ao ano, base 252 dias úteis, e a segunda série com prazo de vencimento de sete anos, vencendo-se em 11 de fevereiro de 2026, e fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,95% ao ano, base 252 dias úteis. Os recursos obtidos pela Companhia com a emissão serão integralmente utilizados (i) primeiramente para o reperfilamento de passivos financeiros consolidados da Companhia; e (ii) posteriormente, o saldo remanescente, se houver, para o reforço de caixa da Companhia.

Em 25 de fevereiro de 2019, a Companhia captou um empréstimo sindicalizado na Europa, através das suas controladas indiretas, Maxion Wheels EAAP Holding GmbH e a Maxion Wheels Czech s.r.o., mais a controlada direta Iochpe Maxion Austria GmbH, envolvendo onze bancos, no montante de €200.000mil com taxa de 2,75% + Euribor de 3 meses, com vencimento final para fevereiro em 2024, com três anos de carência, e três parcelas de principal, cujos recursos serão utilizados para o pagamento total do sindicato bancário europeu no montante de €130.000mil e para pagamento parcial do sindicato bancário dos Estados Unidos da América.

37. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO E DIVULGAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação e emissão pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 11 de março de 2019.

Marcos S. de Oliveira
Diretor-Presidente

Augusto Ribeiro Junior
Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores

Paulo Marcio Almada dos Santos
Diretor Corporativo de Recursos Humanos

Renato J. Salum Junior
Contador
CRC nº 1 SP 237586/O-4